

«A PAZ É POSSÍVEL»:  
ALGUMAS NOTAS SOBRE O CASO DA CAPELA DO RATO \*

ANTÓNIO DE ARAÚJO \*\*

### 1. A vigília do Rato: tempo, modo, protagonistas

No *Depoimento* que escreveu quando exilado no Brasil, Marcello Caetano afirma que no início dos anos setenta a Capela do Rato se convertera num «centro político» e oferece à posteridade a sua versão dos acontecimentos que aí tiveram lugar em Dezembro de 1972:

«(...) na noite de 31 de Dezembro de 72 para 1 de Janeiro de 73, a pretexto da comemoração do dia da Paz universal, instalaram-se dentro dela [Capela do Rato] uns tantos senhores para protestar contra a “guerra colonial”. Durante horas seguidas, no meio de cartazes publicitários alusivos aos fins da reunião, os contestatários, entre os quais havia católicos militantes, antigos católicos e outros que não eram, que nunca tinham sido, nem faziam tenção de ser católicos, iam entre-meando as missas e as rezas com discursos e objurgatórias contra a defesa do Ultramar e distribuía panfletos nesse sentido. As autoridades eclesiásticas nada fizeram para pôr termo ao escândalo. A autoridade civil teve de intervir. Desde que o governo sustentava a defesa do Ultramar, e a essa política era forçado pela Constituição, a ela era incitado pelos eleitores, nela era apoiado pela opinião, claro que não podia consentir em actos de propaganda terrorista, como esses. A polícia entrou na capela e cordatamente convidou as pessoas presentes a sair. Foram identificadas e algumas, por motivos vários, ficaram detidas,

---

\* O presente texto é o resultado preliminar de um estudo mais vasto sobre a vigília da Capela da Rato e possui um carácter provisório, quer nas ideias avançadas quer até na própria narrativa factual, já que ambas poderão vir a ser revistas pela investigação em curso.

\*\* Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e

aliás por pouco tempo. Verificando-se que entre os presentes havia uma dúzia de funcionários públicos, foi o assunto levado a Conselho de Ministros onde, depois de curta discussão, por unanimidade se deliberou aplicar-lhes a lei que permitia demitir os funcionários que não dessem garantias de cooperar nos fins superiores do Estado»<sup>1</sup>.

Dias depois, em 10 de Janeiro de 1973, Vergílio Ferreira anotaria no seu diário que a atitude do Governo, ao demitir os funcionários públicos reunidos na Capela do Rato, era uma «exibição de força, demonstração de fraqueza. Como no tímido que tem gestos de coragem – uma compensação»<sup>2</sup>. Mas que extraordinários sucessos ocorreram na Capela do Rato, capazes de justificar tão drástico gesto do Executivo de Marcello Caetano?

\* \* \*

A narrativa dos factos faz-se em poucas palavras<sup>3</sup>. No dia 30 de Dezembro de 1972, cerca das 19h30, seis pessoas aproximam-se do altar da Capela de Nossa Senhora da Bonança, a «Capela do Rato», situada na Calçada Bento da Rocha Cabral, nº 1-B, em Lisboa. Do grupo destaca-se uma mulher, Maria da Conceição Moita, que se acerca do microfone e anuncia que se encontrava ali, em nome de um grupo de cristãos, para «comunicar uma decisão e pôr um problema a toda a comunidade», lendo uma declaração dando conta de uma «vigília de 48 horas», em jejum, como forma de protesto contra a guerra colonial. O celebrante, o P<sup>c</sup>. João Seabra Diniz, manifesta surpresa, mas deixa à consciência de cada um dos presentes a posição pessoal a tomar. No mesmo sentido, o responsável pelo lugar de culto, o P<sup>c</sup>. Alberto Neto, que se encontra ausente em virtude de uma pneumonia contraída nas

---

Assessor do Tribunal Constitucional.

<sup>1</sup> Cfr. CAETANO, Marcello – *Depoimento*. Rio de Janeiro-São Paulo: Distribuidora Record, 1974, p. 84.

<sup>2</sup> Cfr. FERREIRA, Vergílio – *Conta-corrente*. 1 (1969-1976). 3ª ed., Amadora: Livraria Bertrand, 1982, p. 141.

<sup>3</sup> Para uma narrativa factual, cfr. ROBALO, Mário – Comemorar a paz em estado de guerra. *Expresso. Revista* (31-XII-1982), pp. 31-33. STILWELL, Peter (coord.) – *Padre Alberto. Testemunhos de uma voz incómoda. Capela do Rato (68-73)*. Lisboa: Texto Editora, 1989, em esp. pp. 26-27. GOMES, Adelino – A prova de fogo do Patriarca António Ribeiro. *Vida Mundial*. 1 (1998) pp. 23-37. PEREIRA, Nuno Teotónio – Vigília da Capela do Rato. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Volume 2 – M-Z. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996, pp. 1008-1010. Id. – *Tempos, Lugares, Pessoas*. Lisboa: Público, s.d. ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira de – *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, policop., Lisboa: Universidade Nova, 2000, em esp. pp. 178-186. LIMA, Maria Guiomar – A capelinha. *O Independente*, de 24-XII-1992. CABRAL, Rui –

celebrações da Missa do Galo, faz saber mais à noite que ignora a iniciativa mas não se opõe a ela. Cerca das três da manhã, aprova-se uma moção condenando a cumplidade dos bispos «na política de exploração colonial praticada pelo governo fascista português». No dia seguinte à ocupação, domingo, celebram-se as missas habituais das 11h e das 12h30. Em vez de fazerem homilia, os padres António Janela e Armindo Garcia lêem um texto redigido em conjunto com o P<sup>e</sup>. Alberto Neto, onde informam a assistência do seguinte modo: «Seja qual for a nossa posição diante deste gesto, ele tem um sentido interpelativo de tal densidade que não o podemos ignorar»<sup>4</sup>. Durante a tarde, prosseguem os debates, sob o lema «A Paz é Possível», que o Papa Paulo VI anunciara como consigna das comemorações do Dia Mundial da Paz, que a Igreja celebraria em 1 de Janeiro. Nessa altura, reuniam-se já cerca de duas centenas de pessoas no interior do recinto. É aprovada uma segunda moção que, entre o mais, considerava «justa a luta dos povos das colónias». Os participantes organizam-se em assembleias, cujos coordenadores são escolhidos no próprio local: a primeira, discute a presença portuguesa em África, com destaque para o papel da Igreja na colonização; a segunda, realizada já no domingo, aborda especificamente o tema da guerra. Na tarde de domingo, encontram-se no local cerca de trezentas pessoas e chega uma mensagem de solidariedade de católicos do Porto. No final do dia 31 de Dezembro, cerca das 19h, as forças policiais começam a concentrar-se em redor da Capela. Pelas 20h30, estão no local dez carrinhas com polícia de choque e cães, além de mais viaturas de outras forças de segurança<sup>5</sup>. O trânsito é controlado e a zona encontra-se isolada<sup>6</sup>. Após um breve compasso de espera, um graduado da Polícia de Segurança Pública (PSP) entra na capela e, pelas 20h45, dá um prazo de dez minutos para que os presentes abandonem o templo. Segundo os relatórios policiais, as pessoas não acatam a ordem e começam a cantar em coro «Perdoai-lhes, Senhor, que eles não sabem o que fazem». Agentes da PSP penetram no edifício. «Entravam, alguns genuflectiam diante do

---

A noite mais longa da Capela do Rato. *Público*, de 30-XII-1992.

<sup>4</sup> Cfr. GOMES, Adelino – *A prova...*, cit., p. 27. É interessante o seguinte trecho da homilia de 7 de Janeiro de 1973 do P<sup>e</sup>. Alberto: “Não tivemos de resolver um problema de direito. Não. Fomos colocados perante factos; e consumados. E, porque no Evangelho nada nos parecia haver que pudesse impedir o começo de um jejum e de uma reflexão sobre a paz – aliás na sequência do apelo veemente do Papa, confirmado por Nota expressa da Vigararia Geral do Patriarcado –, limitámo-nos, sim, a exigir às pessoas do grupo garantias que julgávamos oportunas e necessárias, e a manter permanentemente informado o bispo do que se estava passando acerca dos actos de culto e do respeito havido pelas garantias exigidas – e, aliás, cumpridas” (in STILWELL, Peter (coord.) – *Padre...*, cit., p. 44).

<sup>5</sup> Cfr. ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira de – *A Oposição...*, cit., p. 182.

<sup>6</sup> Cfr. ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira de – *A Oposição...*, cit., p. 182. Esta ideia é, no entanto, contestada por Luís Moita, para quem foi precisamente o erro cometido pela PSP ao não isolar o local, preferindo invadi-lo, que contribuiu para a projecção pública da vigília e deu uma aura de heroicidade aos seus participantes – cfr.

altar, e dirigiam-se a nós», recorda, muitos anos depois, Luís Moita, um dos principais organizadores do evento <sup>7</sup>. Os presentes recusam-se a sair, pretendendo saber se a PSP possui uma autorização do Patriarcado para entrar na capela. Acabam arrastados pela polícia para o exterior. De acordo com uma notável reconstituição do jornalista Adelino Gomes, há versões contraditórias: um dos presentes recorda-se que as pessoas iam rezando «Padres-Nossos, Avé-Marias, Salve-Rainhas, tudo o que a Benedita [Galamba de Oliveira] se ia lembrando»; ao invés, a própria Benedita Galamba de Oliveira diz que apenas liderou um grupo que rezou um Padre-Nosso e um Credo, «que nem toda a gente sabia de cor, porque havia cristãos e não cristãos...» <sup>8</sup>. Testemunhas presenciais chegam a falar da entrada de cães-polícia na Capela do Rato, mas tal facto é referido muito raramente <sup>9</sup>. Incontroversa é, isso sim, a circunstância de noventa e uma pessoas terem sido conduzidas pela polícia, em duas carrinhas, à esquadra situada no antigo Convento das Trinas do Rato, no largo com o mesmo nome. Depois de identificadas, foram postas em liberdade, à excepção de catorze, que seriam levadas para o Governo Civil e, já de madrugada, para a prisão de Caxias, onde permanecem detidos cerca de quinze dias à guarda da Direcção-Geral de Segurança (DGS). Agentes da PSP revistarão a Capela, apreendendo documentos e publicações.

Se esta é a versão que a História registou – e que, salvo uma ou outra diferença de pormenor, é consensualmente aceite pelos participantes na vigília – interessa olhar os factos da perspectiva das autoridades, um aspecto até hoje deixado na penumbra. A este respeito, são bastante curiosas as diversas informações prestadas pela PSP no âmbito do recurso n.º 8.930 (Francisco Pereira de Moura e outros contra Conselho de Ministros), no Supremo Tribunal Administrativo. Em causa estava a alegação, feita por Maria Gabriela de Figueiredo Ferreira, de que não se encontrava sequer na Capela do Rato, achando-se a circular numa viatura no Largo do mesmo nome a caminho de uma pastelaria onde ia adquirir um... bolo-rei. Note-se, a este propósito, que Gabriela Ferreira era uma das muitas editoras do *Boletim Anti-Colonial*, pelo que a história da compra do bolo-rei numa pastelaria do Rato parece apontar para uma extraordinária coincidência... Era uma meia-verdade: efectivamente, ia de carro com dois cunhados comprar um bolo-rei mas de seguida pensava entrar na Capela. Outros se defenderiam dizendo que não estavam no interior da Capela, como o fez Carlos Sangreman Proença. Para contestar essa argumentação, veio a PSP, através de informação de 31 de Janeiro de 1973, do Comandante do Gabinete de Estudos e Planeamento, coronel Pedro de Barcelos, sustentar que a intervenção policial na Capela foi «precedida pela montagem de barragens, quer no cimo da Calçada Bento da Rocha Cabral, quer no entroncamento desta com o Largo do Rato, isolando assim aquela artéria, quer a peões, quer a veículos» <sup>10</sup>. Além

---

MOITA, Luís – Orar no Rato. In *A Guerra de África, 1961-1974*. Dir. de José Freire Antunes. Volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 650.

<sup>7</sup> Cfr. GOMES, Adelino – A prova..., cit., p. 26.

<sup>8</sup> Cfr. GOMES, Adelino – A prova..., cit., p. 29.

disso, foram «constituídas patrulhas dobradas entre aquelas barragens com a finalidade de controlar qualquer pessoa que saísse de alguns dos prédios isolados, o que não se verificou». O corte dos acessos à zona ter-se-á verificado cerca das 20h00, após o que nenhuma pessoa ou veículo terá entrado na Calçada Bento da Rocha Cabral. Este dado é importante pois vem contestar a ideia, avançada por Luís Moita, de que um dos elementos decisivos – porventura, o mais decisivo – para o êxito da acção do Rato decorreu da circunstância de a PSP não ter isolado o local<sup>11</sup>.

Para fundamentar a sua informação, o coronel Pedro de Barcelos juntou testemunhos do capitão Américo Maltez Soares, do 1º comandante Agostinho da Silva, do 2º comandante João Fernandes, do 1º subchefe Luís Alves Silveira e dos guardas José Silva Correia Escórcio, Jaime Henriques e Domingos Fialho. O capitão Maltez, que se celebrizara na repressão das acções contestatárias dos estudantes, informa que a intervenção policial na Capela do Rato se deu às 20h35, pouco depois do pessoal da Divisão de Trânsito da PSP ter isolado o local. Após o corte da circulação, seis jovens saíram da Capela em direcção ao Largo do Rato, mas foram interceptados e mandados encostar à parede para identificação. Prossegue o capitão Maltez:

«enquanto a mesma [identificação] era efectuada por agentes fardados dirigi-me para a Capela onde às 20.35 ordenei a dissolução da reunião dando para tal um prazo de 10 minutos. Posto isto, abandonei a mesma e dirigi-me para a minha viatura, sita no Largo do Rato, donde dei conhecimento ao Comando dos factos. Enquanto isto, os seis jovens continuavam encostados à parede embora os agentes da P.S.P. estivessem já na posse dos respectivos B.I. Dos seis jovens, cinco eram de sexo masculino e um do feminino e todos se identificaram como estudantes. Na altura não havia ainda qualquer “Carrinha” da P.S.P. na Calçada Bento da Rocha Cabral. Assim, os mesmos seguiram a pé, para a Esquadra do Rato, acompanhados por agentes fardados da P.S.P. (...).

Pelas 20.46 entrei de novo na Capela e informei ter expirado o prazo e como tal convidava-os a abandonar a mesma no que não fui obedecido. Dirigi-me então a um indivíduo que se encontrava isolado dos restantes e intimei-o a sair no que fui logo obedecido. Posto isto mandei entrar uma Secção após o que de novo os intimei a sair. Não sendo obedecido

---

<sup>9</sup> Cfr. PEREIRA, Nuno Teotónio – O movimento cristão contra a guerra colonial. *Vértice*, 62 (1994), p. 100. Id. – *Vigília...*, cit., p. 1009.

<sup>10</sup> Cfr. SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO – Recurso nº 8.930. Relator: Conselheiro Pamplona Côrte-Real. Recorrente: Doutor Francisco Pereira de Moura e outros. Recorrido: Conselho de Ministros, fls. 91-92. Agradeço ao Conselheiro Mário Torres o apoio concedido na obtenção de cópia deste processo no Supremo Tribunal

agarrei num dos indivíduos que se encontrava sentado e tentei levá-lo para fora, contudo só com a ajuda do 1º Comissário Agostinho o consegui. Antes ainda de o termos feito andar 3 a 4 metros as restantes pessoas levantaram-se e declararam que acompanhavam o mesmo. Todos foram transportados para as “Carrinhas” que entretanto tinham sido mandadas avançar para a porta da Capela, e levados à Esquadra do Rato para identificação.

As pessoas identificadas foram 74. Destas, 68 estavam no interior da Capela e 6 saíram da mesma e foram identificadas na Calçada, seguindo depois a pé para a Esquadra do Rato. Recordo que na altura em que as mandei encostar à parede todas disseram ser estudantes. Recordo porém que cinco eram do sexo masculino e uma do feminino. Das cinco, quatro eram naturais de Angola.

(...) No Largo do Rato não foi interceptada nem identificada qualquer pessoa»<sup>12</sup>.

O 2º comissário João Fernandes encontrava-se em casa quando é informado, pela 1ª Divisão (Praça da Alegria), do rebentamento de petardos em Lisboa e arredores. «Imediatamente me dirigi à sede da dita Divisão e, uma vez ali, fui informado que os Senhores Capitão Maltez Soares e 1º Comissário Agostinho da Silva, Comandante e Adjunto da referida Divisão, se encontravam no Largo do Rato, em virtude de haver algo numa capela existente na Calçada Bento da Rocha Cabral». Chegado ao local, constatou que o mesmo fora isolado e que o capitão Maltez dera um ultimato aos presentes. «Algum tempo depois o Senhor Capitão Maltez Soares entrou de novo na capela, nesta altura acompanhado pelo Senhor 1º Comissário Agostinho da Silva e por mim. Depois de entrar informou a assistência que já havia expirado o prazo que fora concedido para a evacuação, mas nenhum dos assistentes se levantou». O acto de maior insubmissão foi praticado, ao que parece, por Nuno Teotónio Pereira (que o presente testemunho não identifica). Diz o comissário Silva que o capitão Maltez «foi obrigado a agarrar um indivíduo pelo braço e auxiliado pelo Senhor 1º Comissário Agostinho conseguiram levantá-lo apesar da resistência oposta, pois o mesmo agarrando-se à cadeira onde estava sentado levou-a ainda durante algum tempo em nítida desobediência»<sup>13</sup>.

O relato dos factos feito pelos membros da Polícia de Segurança Pública não coincide inteiramente com a narrativa que, de algum modo, constitui a «história oficial» dos acontecimentos da Capela do Rato. Não há propriamente disparidades significativas, mas subsistem, em todo o caso, algumas divergências que merecem ser salientadas. Por exemplo, nenhum graduado da PSP refere a existência de polícia de choque ou de cães. Depois, há muitas variações no que toca ao número de parti-

---

Administrativo.

<sup>11</sup> Cfr. MOITA, Luís – Orar..., cit., p. 650.

<sup>12</sup> Cfr. SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO – Recurso nº 8.930. cit., fls. 95-

cipantes. A este propósito, é importante atender ao facto de, quando se dá a entrada da polícia, na Capela não se encontravam as pessoas que por lá tinham passado durante o dia. Chega a falar-se num número de quatrocentos participantes. No entanto, à hora do jantar do dia 31 estariam cerca de noventa pessoas na Capela. Pelo menos, fala-se geralmente em noventa e uma detenções. O problema é que esse número não coincide nem com o da polícia nem com o dos participantes. Estes, num importante relato dos acontecimentos que irão publicar em *Diálogo e Palavra*, o boletim da Capela da JEC (a Capela do Rato), dizem que por volta das 20h30 do dia 31 estariam no local «apenas umas 40 pessoas»<sup>14</sup>. O capitão Américo Maltez diz que foram identificadas setenta e quatro pessoas: sessenta e oito que se encontravam no interior do templo e seis que haviam saído entretanto, mas foram detidas na ocasião. E todos os relatos dos agentes policiais são peremptórios: a Calçada e artérias adjacentes estavam isoladas, pelo que não houve movimentações para dentro ou fora da Capela que tivessem escapado ao controlo das autoridades. Em face do exposto, deveremos aceitar os 91 detidos da «história oficial», os cerca de 40 do relato dos participantes ou os 74 da informação policial?

É igualmente controverso, como já se disse, saber se – e com que prontidão e eficácia – o local foi isolado. Os polícias afirmavam que sim, o principal estratega do evento, Luís Moita, responde negativamente. Maior consenso existe sobre a hora de entrada do capitão Maltez na igreja: entre as 20h30 e as 20h35.

Se estas são dúvidas de pormenor, subsistem interrogações em torno de quatro pontos fundamentais.

O primeiro é o da participação de agentes da DGS na ocupação da Capela. Referida em muitos lugares, inclusivamente em certa imprensa estrangeira<sup>15</sup>, assume-se a intervenção da polícia política quase como que uma fatalidade e não há dúvida de que a Direcção-Geral de Segurança dificilmente podia ter ficado à margem de um acontecimento desta natureza (na vigília de S. Domingos, a PIDE esteve presente, segundo diz Teotónio Pereira<sup>16</sup>). Pelo menos *a posteriori*, a DGS acompanhou o caso; com efeito, quando o Encarregado de Negócios da embaixada de Portugal em Londres envia às Necessidades um conjunto de recortes da imprensa britânica sobre a vigília do Rato, essa documentação é transmitida à polícia política com o seguinte despacho: «À DGS a título de informação»<sup>17</sup>. No entanto, não existem elementos documentais que mostrem que a DGS esteve presente na

---

96.

<sup>13</sup> Cfr. SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO – Recurso n.º 8.930. cit., fls. 100-102.

<sup>14</sup> Cfr. Relato dos acontecimentos ocorridos na Capela da Calçada Bento da Rocha Cabral nos dias 30/31 de Dezembro de 1972 e 1 de Jan. 1973. In *Diálogo e Palavra*, 13--14/1/73, p. 7. Tb. publicado in ZENHA, Francisco Salgado, TAVARES, Francisco Sousa, SAMPAIO, Jorge, ABREU, José Vasconcelos e JARDIM, José Vera – *O Caso da Capela do Rato no Supremo Tribunal Administrativo*, 2ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 1973, pp. 67ss.

tomada da Capela do Rato.

Em segundo lugar, resta saber quem deu a ordem para invadir um lugar de culto – essa é a questão que, do ponto de vista político, se configura como verdadeiramente essencial. Não é crível que a invasão se tenha devido à consabida impetuosidade do capitão Maltez, mas também não existem dados seguros sobre a origem da «determinação superior» de que fala o subchefe Luís Silveira. Na altura, recordou Benedita Galamba de Oliveira, Luís Moita perguntou ao capitão Maltez o motivo pelo qual deveriam sair da Capela, ao que aquele terá respondido secamente: «Não tenho explicações a dar. São ordens»<sup>18</sup>. Ainda não foi possível apurar quem terá dado essas «ordens».

Ligada a esta questão, subsiste uma outra: qual o grau de conhecimento da hierarquia da Igreja? A «história oficial» diz-nos que o Patriarca só foi informado quando celebrava missa em São Jorge de Arroios. Porém, alguns jornais estrangeiros referiram na altura que o cardeal recusou interceder a favor dos detidos<sup>19</sup> – o que, se atendermos ao episódio da prisão do P<sup>e</sup>. António Janela na António Maria Cardoso, de que adiante se falará, não corresponde à verdade. Mais decisivamente, o comunicado que o Ministério do Interior irá distribuir refere que o Governo Civil advertiu as «autoridades eclesiásticas», levando a crer que o fez *antes* de a polícia entrar na Capela. Saberiam, então, as «autoridades eclesiásticas» o que estava prestes a passar-se nas imediações do Largo do Rato? Pelo menos, souberam-no pouco depois, a crer no relato dos acontecimentos feito pelo próprio boletim da Capela do Rato, o *Diálogo e Palavra*: «o Padre João Seabra entregou ao Padre Alberto o texto da comunicação, que foi *imediatamente* transmitido ao Senhor Patriarca»<sup>20</sup>. Por sua vez, João Seabra Diniz – que na altura era sacerdote, exercendo funções no Seminário de Penafirme e a quem o P<sup>e</sup>. Alberto, por se encontrar doente, pede que celebre a missa de dia 30 – recorda-se, sem margem para dúvida, que D. António Ribeiro foi informado do sucedido na própria noite do dia 30<sup>21</sup>. De igual modo, quando o P<sup>e</sup>. António Janela telefona ao P<sup>e</sup>. Alberto Neto, informando-o, este diz-lhe para logo avisar D. António Ribeiro<sup>22</sup>.

Finalmente, uma questão aparentemente de pormenor mas que pode ser importante para caracterizar o sentido da acção dos participantes na vigília. Parece seguro que, das muitas dezenas de presentes, apenas Teotónio Pereira esboçou alguma resistência à ordem de evacuação. Os outros levaram o pacifismo da vigília porventura longe demais. Ainda que Teotónio Pereira diga que os manifestantes foram arrastados à força para fora do templo<sup>23</sup>, certo é que parece ter sido ele o único a afrontar fisicamente os agentes comandados pelo capitão Maltez – pelo menos,

<sup>15</sup> Cfr. *Avanti!*, de 2-I-1973. *The Guardian*, de 8-I-1973.

<sup>16</sup> Cfr. PEREIRA, Nuno Teotónio – Vigília..., cit., p. 1009.

<sup>17</sup> In Arquivo Histórico-Diplomático, PEA, Maço 741.

<sup>18</sup> Cfr. *Diário de Notícias*, de 30-XII-1997.

<sup>19</sup> Cfr. *The Guardian*, de 8-I-1973.

<sup>20</sup> In *Diálogo e Palavra*, n<sup>o</sup> 13-14/1/73, p. 6, itálico acrescentado.



segundo a versão destes. As restantes dezenas de pessoas presentes acataram a ordem de evacuação da Capela, ainda que não à primeira advertência do capitão Maltez e apesar de o terem feito no meio de cânticos, orações e protestos verbais. Mas, no que toca ao confronto físico, Nuno Teotónio Pereira constituiu exemplo único. «Fui arrastado...», recordou <sup>24</sup>. Um jornal alemão afirmou que tinha ocorrido um *sit-in* numa igreja de Lisboa <sup>25</sup>, mas tudo indicia que nem sequer essa forma de resistência passiva, muito em voga na altura, foi posta em prática na Capela do Rato. Isso pode levar-nos a crer que, à parte um «núcleo duro» mais afirmativo e obstinado, as pessoas que passaram pela Capela do Rato não tinham o propósito de participar numa iniciativa que envolvesse, no limite, um confronto aberto com as autoridades. E mesmo no seio daquele «núcleo duro» talvez a ideia não fosse tanto afrontar o poder político e as forças da ordem, à maneira estudantil, quanto alertar, pelo poder do verbo, as consciências adormecidas e denunciar a cumplicidade da hierarquia eclesiástica com a guerra colonial. Se assim for, pode ficar seriamente posta em causa a hipótese de que o episódio da Capela do Rato representa um novo patamar da oposição católica ao regime, com abandono do figurino dos «abaixo-assinados» vindo dos tempos das eleições de 1958. Ensaia-se, sem dúvida, uma nova modalidade de protesto, o *happening* político--religioso, de grande espectacularidade, mas com isso não parece ter-se conseguido instituir uma mudança estrutural da resistência católica ao autoritarismo.

\* \* \*

O caso teve uma repercussão que ultrapassa em muito o breve resumo que se acabou de fazer. Como dizia Alberto Neto na importante homilia que proferiu em 28 de Janeiro de 1973, a vigília do Rato «num ápice ganhou a cimeira dos acontecimentos nacionais» <sup>26</sup>. De facto, a partir daí «a Capela do Rato (...) torna-se um ponto de referência para tudo o que acontece» <sup>27</sup>. Os principais organizadores da vigília diriam, por ocasião das comemorações do seu décimo aniversário, que ela representou «um dos mais fortes desafios aos últimos anos da ditadura» <sup>28</sup>. Numa linguagem característica, Francisco Louçã diz que «subitamente, a Capela do Rato tornou-se o único território libertado de Lisboa» <sup>29</sup>. Mesmo os que considerem exagerada estas afirmações terão de reconhecer que o «caso da Capela do Rato» foi aquele que com mais estrondo e fragor expôs as fissuras que existiam no seio do

---

<sup>21</sup> Entrevista a João Seabra Diniz, em 13 de Maio de 2004.

<sup>22</sup> Cfr. *Diário de Notícias*, de 29-XII-1992.

<sup>23</sup> Cfr. PEREIRA, Nuno Teotónio – Vigília..., cit., p. 1009

<sup>24</sup> Entrevista a Nuno Teotónio Pereira, em 11 de Maio de 2004.

<sup>25</sup> Cfr. *Die Welt*, de 8-I-1973.

<sup>26</sup> In Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), BAC-10.

<sup>27</sup> Cfr. MATIAS, Augusto – *Católicos e socialistas em Portugal (1875-1975)*.

campo católico desde os finais da década de cinquenta, e logo a propósito de uma questão que se tornara o «nó górdio» do regime: a guerra colonial. Como recorda o seu principal organizador, Luís Moita, «aquela acção teve influência na opinião pública, nos meios políticos e militares, contribuindo para uma nova densidade da consciência acerca do impasse da guerra e dos crimes que lá estavam a ser cometidos»<sup>30</sup>. Este antigo sacerdote, aliás, jamais deixou de exaltar a importância histórica do acto que organizou: «Era necessário, na altura, uma ousadia, um facto político forte que fosse capaz de fazer avançar a discussão do Ultramar. Pareceunos, então, que era necessário dar a cara, sabendo que íamos enfrentar a repressão», diria ao semanário *Expresso*, acrescentando, talvez com algum exagero, que «aquele nosso acto demonstrou que, mesmo perante a apatia do Episcopado e as atrocidades que o regime vinha cometendo, foi possível despertar nos cristãos uma responsabilidade que muitos julgavam adormecida. Foi o tomar consciência da agressão que este povo era vítima e, em sintonia com o Evangelho, tornar a paz possível aqui»<sup>31</sup>. A sua irmã mostra-se mais comedida na apreciação histórica do evento, dizendo tão-só que ele «mudou alguma coisa» na Igreja e no País, e acrescentando: «ainda me admira como é que, 30 anos depois, ainda se lembram de nós»<sup>32</sup>.

Mais complexo do que o desenrolar dos factos é o contexto em que se realizou a vigília da Capela do Rato. Nesse tempo, «estavam reunidas as condições para a realização de um acto de impacte nacional contra a guerra colonial», lembrou, dezoito anos depois, Luís Moita<sup>33</sup>. Do ponto de vista interno, não era, de resto, a primeira vez que católicos se instalavam num lugar de culto para debater problemas políticos: haviam-no feito em 1 de Janeiro de 1969, quando se reuniram na Igreja de S. Domingos já com a intenção de discutir o problema da paz, iniciativa de um grupo pioneiro integrado, entre outros, por Nuno Teotónio Pereira, Francisco de Sousa Tavares, Vítor Wengorovius, Luís Moita, Catalina Pestana e Bart Reker, um padre holandês da Congregação dos Sagrados Corações<sup>34</sup>.

Por isso, não era totalmente original a ideia ocorrida a Luís Moita no Verão de 1972, quando passava férias no Algarve: organizar um jejum de protesto contra a guerra de África. Regressado a Lisboa, reúne-se em sua casa com o arquitecto Nuno Teotónio Pereira e com o estudante de Economia Francisco Cordovil. Este será um elemento fundamental na ligação ao exterior no decurso da vigília: mantendo-se nas imediações da capela, é responsável pelos contactos com as Brigadas Revolucionárias e com os grupos de católicos que irão distribuir à porta das igrejas de Lisboa material informativo sobre os debates em curso no Largo do Rato<sup>35</sup>.

---

Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989, p. 77.

<sup>28</sup> Cfr. *Expresso*, de 8-I-1983.

<sup>29</sup> Cfr. *Público*, de 30-XII-1992.

<sup>30</sup> Cfr. *Notícias Magazine*, de 15-IX-2002.

<sup>31</sup> Cfr. ROBALO, Mário – Comemorar..., cit., p. 32 e p. 33.

<sup>32</sup> Cfr. LOURENÇO, Nuno Sá – Novo testamento na Capela do Rato. *Público*, de

Os comunicados pedem que os fiéis de outros templos se juntem ao movimento de protesto com vista a «romper com o silêncio acerca do problema da Guerra em Angola, Moçambique e Guiné», «procurar a paz» e «declarar solidariedade com as vítimas da Guerra». As Brigadas Revolucionárias – convém recordá-lo – terão uma ligação importante ao movimento, fazendo deflagrar petardos em cerca de três dezenas de pontos na Grande Lisboa (Lisboa, Barreiro, Seixal) que espalham panfletos, subscritos por «Trabalhadores Revolucionários», apelando à participação de todos, «sem distinção de religião», na vigília do Rato.

A este núcleo juntam-se Maria da Conceição Moita (irmã de Luís Moita), Isabel Pimentel, João Cordovil (irmão de Francisco Cordovil, igualmente estudante em Económicas), António Matos Ferreira e José Galamba de Oliveira (estudante de Direito). Existiam, pois, múltiplas ligações no seio do grupo que iniciou a vigília do Rato. A rede de sociabilidades dos católicos contestatários aponta para dois dados importantes: o peso dos laços familiares, por um lado, e a preponderância de um certo elitismo em termos de origem social ou formação académica. Estes dois elementos convergem para a formação de círculos relativamente estáveis na oposição cristã de Lisboa ao Estado Novo. Note-se, por exemplo, que algumas das pessoas que marcaram presença na Capela do Rato – Luís Moita, Francisco de Sousa Tavares, Francisco Pereira de Moura – já haviam estado em S. Domingos. É frequente encontrar pessoas da mesma família nas diversas ações desenvolvidas: assim, a ocupação de S. Domingos é combinada na residência do casal Maria Natália e Nuno Teotónio Pereira. Em S. Domingos, será entoada a *Cantata da Paz*, com os famosos versos «Vemos, ouvimos e lemos/Não podemos ignorar», compostos para a ocasião por Sophia de Mello Breyner Andresen, mulher de Francisco de Sousa Tavares. Pereira de Moura desloca-se a S. Domingos acompanhado da mulher e da filha, fazendo o mesmo na vigília do Rato. Nesta, encontramos os irmãos João e Francisco Cordovil, Maria Benedita Galamba de Oliveira e o seu filho José, Nuno Teotónio Pereira e o seu filho Miguel, além dos irmãos Luís e Maria da Conceição Moita.

O *status* social dos participantes é revelado, por exemplo, pelas profissões dos detidos na sequência da ocupação da Capela do Rato: um professor universitário e antigo procurador à Câmara Corporativa (Pereira de Moura), uma bibliotecária (Maria Benedita Galamba de Oliveira), um arquitecto já na altura galardoado com o Prémio Nacional de Arquitectura da Gulbenkian e com o Prémio Valmor (Nuno Teotónio Pereira, sobrinho do embaixador e antigo ministro de Salazar), um livreiro (João Morais Camacho), um doutorado em Teologia (Luís Moita), o chefe de publicidade da revista *Flama* (Homero Silva Cardoso), três estudantes liceais (Francisco Louçã, Miguel Teotónio Pereira e João Pimentel Gonçalves), quatro alunos universitários (Jorge Wemans, João Qua, José Luís Galamba de Oliveira e Manuel Coelho Carvalho). Destacava-se, como caso isolado, um tipógrafo de

dezassete anos, Hermenegildo José Carmo Lavrador. Numa síntese expressiva de Maria Filomena Mónica, entre as pessoas que a polícia conduziu à Esquadra do Rato, encontravam-se «professores universitários, pacíficas donas de casa e respeitáveis senhores»<sup>36</sup>. Ainda que releve do domínio da «pequena história», o sucedido com o antigo procurador à Câmara Corporativa e professor universitário Francisco Pereira de Moura é assaz ilustrativo; ao acercar-se dele, em meditação no interior da Capela do Rato, o agente da PSP contém-se e diz: «o senhor doutor faça favor de estar à vontade...»<sup>37</sup>. Diz-se ainda – o que é mais um sinal da importância de alguns dos detidos – que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, chegou a apelar aos colegas para que fossem libertados com brevidade, pois eram muito numerosos e significativos os pedidos que do estrangeiro chegavam às Necessidades. Personalidades como Pereira de Moura não hesitam em dizer que as pressões internacionais desempenharem um papel crucial para a rápida libertação dos detidos – que, note-se, não foram sujeitos a quaisquer maus tratos.

Por outro lado, dos onze funcionários públicos que recorreram da pena de demissão imposta pelo Conselho de Ministros encontramos um docente do ensino superior (Pereira de Moura), dois estudantes universitários (Carlos Sangreman Proença, Ludovina Esteves), um doutor em Teologia (Luís Moita), uma bióloga (Maria do Rosário Moita), uma licenciada em Filosofia (Teresa Saraiva), um licenciado em Pedagogia (José Augusto Pereira Neto), uma assistente social (Maria Gabriela Ferreira), uma enfermeira (Maria Isabel Rodrigues), uma visitadora escolar (Maria Luís Pereira da Silva) e uma funcionária da Câmara Municipal de Lisboa (Maria Regina Líbano dos Santos)<sup>38</sup>.

No «núcleo do Rato» há ainda sinais de algum do «elitismo» que caracterizou o «progressismo católico» dos anos sessenta, mas de uma forma muito mais atenuada do que no grupo que esteve ligado à primeira fase da revista *O Tempo e o Modo*, por exemplo. A marca do relativo «elitismo» desse tipo de dissidência – lido em Maritain e Mounier, assinante de *Témoignage Chrétien*, atento à renovação da Igreja pós-conciliar e com um elevado nível de envolvimento cívico – nota-se na circunstância de muitos dos intervenientes ou apoiantes da vigília do Rato virem a desempenhar papéis de relevo na vida política pós-revolucionária. Antigo procurador à Câmara Corporativa, Francisco Pereira de Moura destacava-se já na altura como líder da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) e ocupará cargos governativos de relevo após o 25 de Abril, o mesmo ocorrendo com Francisco de Sousa Tavares ou com alguns dos advogados dos detidos no dia 1 de Janeiro de 1973, como Francisco Salgado Zenha, Jorge Sampaio ou José Vera Jardim. O principal organizador da vigília, Luís Moita, antigo sacerdote, acumulará a docência univer-

<sup>33</sup> Cfr. *Diário de Notícias*, de 30-XII-1990.

<sup>34</sup> Cfr. MOITA, Luís – *Orar...*, cit., p. 647.

<sup>35</sup> Cfr. GOMES, Adelino – *Aprova...*, cit., p. 26.

<sup>36</sup> Cfr. MÓNICA, Maria Filomena – *Os costumes em Portugal*. Lisboa: Público, 1996, p. 34.

sitária com uma activa participação cívica, bastando referir que ainda em 1999 estará presente nos *Estados Gerais II*, organizados pelo Partido Socialista<sup>39</sup>. Nuno Teotónio Pereira destacar-se-á como militante do Movimento da Esquerda Socialista, ponto de encontro de muitas destas personalidades. Também os mais novos virão a tornar-se dirigentes partidários e deputados à Assembleia da República, como sucedeu com Francisco Louçã – que, note-se, aquando da morte de D. António Ribeiro, se distanciou das manifestações de pesar das diversas forças políticas, incluindo o PCP, e preferiu salientar a ambiguidade do Patriarca no episódio do Rato<sup>40</sup>. Ainda que noutra quadrante, é curioso notar que entre os frequentadores da capela e confidentes do P<sup>e</sup>. Alberto Neto se encontrava uma personalidade que virá a ter papel de grande relevo na vida política portuguesa: Aníbal António Cavaco Silva, que se deslocava ao Rato em companhia de sua mulher<sup>41</sup>. Se alargarmos o campo de observação de modo a abarcar não apenas os frequentadores da Capela do Rato mas também os subscritores do abaixo-assinado de solidariedade com a vigília e do abaixo-assinado dirigido ao Presidente do Conselho<sup>42</sup> encontraremos figuras de destaque da vida portuguesa, gente dos mais variados percursos e das mais diversas proveniências<sup>43</sup>. Como se a «frente nacional» que sustentara o Estado Novo começasse a ser substituída por uma outra, mas agora de sinal contrário.

---

<sup>37</sup> Cfr. GOMES, Adelino – A prova..., cit., p. 36.

<sup>38</sup> Cfr. ZENHA, Francisco Salgado, TAVARES, Francisco Sousa, SAMPAIO, Jorge, ABREU, José Vasconcelos e JARDIM, José Vera – *O Caso...*, cit., pp. 9-12.

<sup>39</sup> Cfr. *Expresso*, de 13-III-1999.

<sup>40</sup> Como refere o jornal *A Página*, ano 7, n<sup>o</sup> 67, de Abril de 1998, p. 3: “A única voz dissonante que teve eco nos meios de comunicação social foi a de Francisco Louçã a apontar alguma ambiguidade de D. António Ribeiro aquando dos acontecimentos da vigília da paz na Capela do Rato” (cfr. [www.apagina.pt](http://www.apagina.pt)).

<sup>41</sup> Cfr. *Expresso. Revista*, de 19-IX-1998. SILVA, Aníbal Cavaco – *Autobiografia Política*. Volume 1. Lisboa: Temas e Debates, 2002, p. 33.

<sup>42</sup> In Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), BAC-5.

<sup>43</sup> Assim, por exemplo: Armando de Castro, Armando Bacelar, António Arnaldo Mesquita, Alberto Arons de Carvalho, António Borges Coutinho, António Arnaut, Álvaro Guerra, Carmelinda Santos Pereira, Carlos Cal Brandão, Cesário Borge, Carlos Carvalhas, Duarte Vidal, Edgar Valles, Francisco Lino Neto, Salgado Zenha, Fiama Hasse Pais Brandão, Fernando Dacosta, José Manuel Galvão Teles, Felicidade Alves, José Saramago, Jorge Fagundes, José Magalhães Godinho, Roque Lino, Lindley Cintra, Lino de Carvalho, Mário Cal Brandão, Mário Brochado Coelho, Miguel Sousa Tavares, Sottomayor Cardia, Orlando de Carvalho, Pedro Palhinha, Vergílio Ferreira, Fernando Namora, Miller Guerra, Joel Serrão, António Galhordas, Maria Eduarda Cruzeiro, Aquilino Ribeiro Machado, Nuno Portas, Laura Ayres, Abílio Tavares Cardoso, Sophia de Mello Breyner, Francisco de Sousa Tavares, Luís Miguel Cintra, José Cardoso Pires, Romeu Francês, Vítor Dias, Urbano Tavares Rodrigues, João Paulo

## 2. O contexto do protesto

Na vigília do Rato há sinais de continuidade e de ruptura. O protesto inscreve-se na linha de progressivo afastamento entre alguns sectores católicos – talvez melhor, de algumas elites católicas – e o regime salazarista.

Esse afastamento tem o seu momento mais conhecido na campanha de Delgado e no *pro memoria* do bispo do Porto, mas logo no pós-guerra se podem citar os casos do padre Alves Correia, da JOC e do jornal *O Trabalhador* de Abel Varzim, e, quanto a leigos, de José Vieira da Luz – que em 1945, entrevistado pelo *Diário de Lisboa*, dizia ser «católico e democrata» – e dos primos João Sá da Costa e Fernando Ferreira da Costa que, também nesse tempo, publicaram os *Cadernos Metanoia* (1946-1948) e, continuando a assumir-se publicamente como católicos, aderiram ao MUD-Juvenil. Outros dois leigos se destacaram: Francisco Veloso e Francisco Lino Neto, ambos pertencentes a famílias próximas de Salazar e de Cerejeira, nos tempos de Coimbra: o primeiro fora dirigente da Juventude Católica e do CADC, colaborador do *Imparcial*, e a sua dissidência será um «espinho particular para o chefe do governo», no dizer de Franco Nogueira<sup>44</sup>; o segundo era filho de António Lino Neto, fundador do Centro Católico. Apoiarão o MUD em 1945 e ficaria famosa a imagem de Lino Neto a ser transportado aos ombros, a sangrar da cabeça, após ter sido agredido pela polícia quando esperava a chegada a Lisboa do general Delgado, em Maio de 1958. Na década de cinquenta, a evolução do movimento católico não deixa de colidir, em certos momentos, com o regime. Um caso emblemático ocorreu no Congresso dos Homens Católicos (1950), quando o ministro da Justiça abandona o encontro em virtude de uma intervenção de um militante da LOC; outras comunicações, que se adivinhavam críticas, acabariam por não ser lidas<sup>45</sup>. O II Congresso dos Homens Católicos, previsto para 1954, não chegaria a realizar-se. Por outro lado, alguns dos votos e conclusões do Congresso da JUC organizado sob a liderança de Adérito Sedas Nunes e Maria de Lourdes Pintasilgo levantaram problemas<sup>46</sup>. No ano lectivo de 1956-57, o famoso decreto 49.400 provoca celeuma nos meios católicos, com intervenções, entre outros, dos dirigentes da JUC (João Salgueiro) e da JUCF (Manuela Silva) e do secretário-geral

---

Guerra, Sérgio Ribeiro, Rui Vilar, Maria Keil, Francisco Keil Amaral, José Fonseca e Costa, Carlos Monjardino, Joana de Barros Baptista, Alfredo Bruto da Costa, Júlio de Castro Caldas, José Vera Jardim, Macaísta Malheiros, Maria Isabel Barreno, Jorge de Sá Borges, Gustavo Soromenho, Mário Mesquita, Torquato da Luz, Virgínia Moura, Vítor Wengorovius, Xencora Camotim, José Luís Nunes, Bento Domingues, Isabel do Carmo ou Carlos Ximenes Belo.

<sup>44</sup> Cfr. Cfr. NOGUEIRA, Franco – *Salazar*. Volume IV – *O ataque (1945-1958)*. 3ª ed., Porto: Livraria Civilização Editora, 1986, p. 29.

<sup>45</sup> Cfr. RODRIGUES, Domingos – *Abel Varzim. Apóstolo português da justiça social*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990, p. 208.

do CADC (Barbosa de Melo). Nesse ano de 1957, nasce o jornal *Encontro*, de que foi primeiro director João Salgueiro.

O divórcio dos católicos com o Estado Novo agudiza-se na sequência das eleições presidenciais de 1958, tendo atravessado momentos bem conhecidos. Além do mais famoso de todos, o caso do bispo do Porto, pode citar-se:

- a presença de católicos na revolta da Sé, no golpe de Beja e na crise académica de 62;
- a «rebelião» no Seminário dos Olivais, em 1967-68;
- o surgimento de publicações como *Direito à Informação*, *O Tempo e o Modo*, *Concilium*, *Cadernos Necessários*, *África Livre*, *Cadernos sobre a Guerra Colonial*, *Colonialismo e Lutas de Libertação*, *A Palavra e o Tempo*, *Cadernos de Reflexão* da JUC ou o *Boletim Anticolonial* (BAC);
- as actividades do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, da editora Moraes, do Círculo do Humanismo Cristão, do Centro Nacional de Cultura e do Centro Cultural de Cinema; a criação das cooperativas culturais Pragma e Confronto, além de cooperativas de consumo, como a LIS-COOP, a que está ligado Manuel Bidarra;
- o impacto da visita de Paulo VI a Bombaim, por ocasião do Congresso Eucarístico, em Dezembro de 1964, e sobretudo a reacção, até de vários clérigos, ao silêncio imposto pelas autoridades civis em relação àquela viagem;
- o «manifesto dos 101»;
- o surgimento em 1965 do Movimento Cristão da Acção Democrática, fugaz indício da presença da democracia-cristã em terras portuguesas;
- em Novembro de 1965, o aparecimento, no decurso da IV Sessão do Vaticano II, da «Carta de um grupo católicos de Portugal distribuída em Roma aos padres conciliares», onde se chegava a criticar o Presidente do Conselho por ser um político formado na admiração por Maurras e pela *Action Française* e se denunciava a censura, o regime de partido único e o corporativismo;
- a criação, à revelia do Patriarcado de Lisboa, do Instituto Superior de Estudos Teológicos (ISET);
- o lançamento dos *Cadernos GEDOC* (1969-1970), dirigidos pelos padres Felicidade Alves e Abílio Cardoso e por Nuno Teotónio Pereira;
- os «casos» dos padres Felicidade Alves e Mário de Oliveira, párcos de Belém e da Lixa, respectivamente <sup>47</sup>.

Como pano de fundo, a guerra colonial e as mudanças na Igreja em África <sup>48</sup>. Aqui, salientam-se a repressão dos sacerdotes africanos da arquidiocese de Luanda –

---

<sup>46</sup> Cfr. FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Manuel Clemente e António Matos Ferreira. Volume 3 – Religião e Secularização. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 230.

como Manuel Mendes das Neves, Alexandre do Nascimento, Franklin da Costa e Joaquim Pinto de Andrade <sup>49</sup>; os inúmeros atritos com as autoridades de D. Eurico Dias Nogueira, bispo de Vila Cabral (Moçambique) e de Sá da Bandeira (Angola) <sup>50</sup>; o caso do bispo da Beira e do encerramento do *Diário de Moçambique* <sup>51</sup>; os casos dos missionários da congregação do Espírito Santo, do ataque da DGS à missão de Chamavare, dos Padres Brancos <sup>52</sup>, dos sacerdotes do Macúti <sup>53</sup>; a acção da Conferência Episcopal de Angola, presidida por Alves de Pinho <sup>54</sup>; o encontro de

---

<sup>47</sup> Cfr. as sínteses de REZOLA, Maria Inácia – Católicos progressistas. In *Dicionário de História do Estado Novo*. Dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Volume 1 – A-L. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996, pp. 137-139. ALMEIDA, João Miguel de – A oposição católica ao Estado Novo. Rupturas «em família». *História*. 8 (1998), pp. 55-62. PEREIRA, Nuno Teotónio – Oposição católica. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Volume 8. Suplemento F/ O. Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 642-643. CRUZ, Manuel Braga – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999, pp. 144ss; CRUZ, Manuel Braga – Igreja Católica e Estado Novo. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. de António Barreto e Maria Filomena Mónica. Volume 8. Suplemento F/ O. Porto: Figueirinhas, 1999, em esp. pp. 239ss. FONTES, Paulo F. de Oliveira – O catolicismo..., cit., em esp. pp. 245ss; VILAS-BOAS, Manuel – Igreja Católica: a queda dos muros. *Vértice*. II Série, 26 (1990), pp. 38-39. FRANÇA, Luís de – A Igreja, dez anos depois. *Plural*. 5 (1984), pp. 32-38. FREIRE, José Geraldes – *Resistência católica ao salazarismo--marcelismo*. Porto: Telos, 1976. MATIAS, Augusto – *Católicos...*, cit., em esp. pp. 49ss. BARRETO, José – A Igreja e os católicos. In *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Dir. de Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, pp. 137-170.

<sup>48</sup> Para uma visão panorâmica destes acontecimentos, cfr. MATOS, Luís Salgado de – Colaboração e resistência. Igreja Católica. In *Guerra Colonial*. Dir. de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, pp. 280-287. ESTÊVÃO, Nuno – Os meios católicos perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa em Portugal. *Lusitania Sacra*. 12 (2000), pp. 221-265. GUERRA, João Paulo – *Memória das guerras coloniais*. Porto: Edições Afontamento, 1994, pp. 345ss. FERREIRA, António Matos – Cristianismo e espaço ultramarino. Igrejas e correntes religiosas cem face do império e da descolonização. In *História da Expansão Portuguesa*. Dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Volume 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, em esp. pp. 397ss.

<sup>49</sup> Cfr. COELHO, Mário Brochado – *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade*. Porto: Edições Afrontamento, 1971. HENDERSON, Lawrence W. – *A Igreja em Angola: um rio com várias correntes*. Lisboa: Além-Mar, 1990, em esp. pp. 322ss. GUERRA, João Paulo – *Memória...*, cit., pp. 347-349.

<sup>50</sup> Cfr. NOGUEIRA, Eurico Dias – *Episódios da minha missão em África*. Braga: s.n., 1995. Cfr. ainda os textos das intervenções pastorais in NOGUEIRA, Eurico Dias – *Missão em Moçambique*. Vila Cabral: 1970, s.n. Id. – *Da missão em Moçambique à missão em Angola*. Coimbra: s.n., 1972. Os problemas de D. Eurico começariam, aliás, antes da sua partida para África, nomeadamente a propósito de uma homilia proferida em



Paulo VI com os dirigentes dos movimentos de libertação<sup>55</sup>, numa altura em que se encontravam em Roma 171 organizações nacionais e internacionais de 64 países, reunidas na II Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas<sup>56</sup>; a denúncia dos massacres de Mucumbura pelos padres do Macúti, nas povoações de Wiryamu, Juwau e Chawola, pelos missionários de Burgos Alfonso Valverde Leon e Martin Hernandez e pelo jesuíta inglês Adrian Hastings<sup>57</sup> ou, nas vésperas do 25 de Abril, a expulsão para a metrópole do bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, salvo da ira dos colonos brancos pelas tropas portuguesas<sup>58</sup>.

---

Lisboa, na Igreja do Coração de Jesus, em Dezembro de 1964. Cfr. ainda CASTANHEIRA, José Pedro – D. Eurico, um bispo vigiado pela PIDE. *Expresso. Revista*, de 26-VIII-2000 e de 2-IX-2000.

<sup>51</sup> Cfr. LIMA, A. Carlos – *Aspectos da liberdade religiosa. O caso do bispo da Beira. Peças de um processo incluindo um parecer do Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz*, Lisboa: s.n., 1970. Id. – *Caso do bispo da Beira. Documentos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1990. AZEVEDO, Carlos Moreira de – Perfil biográfico de D. Sebastião Soares de Resende. *Lusitania Sacra*. 6 (1994), pp. 391ss. NOGUEIRA, Eurico Dias – *Episódios...*, cit., pp. 59ss. FREIRE, José Geraldes – *Resistência...*, cit., pp. 45ss. RESENDE, Sebastião Soares de – *Profeta em Moçambique*. Lisboa: Difel, 1994.

<sup>52</sup> Cfr. LOPES, Victor – A retirada dos Padres Brancos de Moçambique em 1971 ou a caução religiosa negada a um Estado totalitário. In *Actas do Congresso Internacional de História. Missionação e Encontro de Culturas*. Volume 4. Braga, 1993, pp. 205-226. TEIXEIRA, Francisco Nunes – *A Igreja em Moçambique na hora da independência (1955-1975)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995, pp. 17ss. FERREIRA, Manuel de Pinho – *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*. Porto: Fundação Spes, 2004, pp. 568ss.

<sup>53</sup> Cfr. SANTOS, João Afonso dos, RODRIGUES, Carlos Adrião, LEITE, António Pereira, e POTT, Williem Gerard – *O julgamento dos padres do Macúti*. Porto: Edições Afrontamento, 1973.

<sup>54</sup> Cfr. FREIRE, José Geraldes – *Resistência...*, cit., pp. 112.

<sup>55</sup> Cfr. GLISENTI, Marcela – Sur la dimension culturelle d'Amílcar Cabral. In *Continuar Cabral*. Lisboa: Grafedito/Preço-Stampa, 1984, pp. 261ss. CASTANHEIRA, José Pedro – Segredos de uma audiência. *Expresso. Revista*, de 15-VII-1995. CRUZ, Manuel Braga – *O Estado...*, cit., pp. 180ss. FERREIRA, Manuel de Pinho – *A Igreja...*, cit., pp. 550ss. Cfr. a perspectiva do então embaixador de Portugal junto da Santa Sé: BRAZÃO, Eduardo – *Memorial de Dom Quixote*. Coimbra: Coimbra Editora, 1976, pp. 144-147.

<sup>56</sup> Sobre a Conferência de Roma, cfr. a documentação in Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), BAC-1079, BAC-443, BAC-469, BAC-803, BAC-516 e BAC-402.

<sup>57</sup> A radicalização do discurso é visível nos testemunhos de Adrian Hastings que, a dado passo, tendo em conta os investimentos da Alemanha Ocidental na África portuguesa, não hesita em considerar Willy Brandt um sucessor de Adolf Hitler – cfr. HASTINGS, Adrian – *Wiryamu*. Porto: Edições Afrontamento, 1974, p. 88. É interessante

Mais proximamente, e com uma incidência mais directa na jornada do Rato, deve destacar-se o apelo de Paulo VI a favor da paz; a realização, em Outubro de 1972, da Assembleia Plenária dos bispos de França, reunida em Lourdes, que aprovará um documento que fala extensivamente do envolvimento dos católicos na política; a reunião, também em Outubro de 1972, em Ostende, na Bélgica, da 2ª Conferência Europeia das Comissões Nacionais *Justiça e Paz*, cujo documento final exortava a Santa Sé e as comissões nacionais da Europa a pressionarem o Governo para conceder a autodeterminação aos povos africanos. Finalmente – e como facto mais importante de todos –, no início de Dezembro de 1972 a Comissão Diocesana Justiça e Paz do Porto elabora um documento que pretende fazer eco do tema «A Paz é Possível», escolhido por Paulo VI para a celebração do Dia Mundial de Oração pela Paz. Uma vez mais, D. António Ferreira Gomes está na linha da frente da oposição – ou, como ele preferia dizer, da «resistência»<sup>59</sup> – ao regime. Aquele texto da comissão do Porto, publicado em 9 de Dezembro de 1972 no jornal diocesano *Voz Portucalense* é particularmente contundente em relação à política africana do Governo, à guerra «para a qual não se vê esboçar qualquer atitude que procure promover uma solução pacífica do conflito aberto. Pelo contrário tende a difundir-se um certo espírito de intolerância e intransigência, que faz crer como possibilidade única o uso das armas»<sup>60</sup>. Significativamente, o documento da Comissão Justiça e Paz do Porto será objecto de dura crítica do deputado Moura Ramos, na sessão de 15 de Janeiro de 1973 da Assembleia Nacional, onde manifestou a sua «estranheza e escândalo por algumas das despidoradas afirmações nele produzidas», aludindo mesmo a «frases agravantes para Portugal», «influxo anti-patriótico», «coisas desagradáveis e prejudiciais para a Pátria», «sensacionalismo fácil e sórdido», «campanha de intoxicação». Os autores do comunicado não são poupados: «cegos da mente e cúmplices descarados dos terroristas de aquém e de além mar», «puritanos pacifistas», «destrambelhados», «cúmplices involuntários e instigadores do próprio crime», «paladinos inautênticos da paz e subservientes de figurinos estrangeiros»<sup>61</sup>. A Comissão Diocesana Justiça e Paz do Porto enviaria um telegrama à Assembleia Nacional deplorando os termos da intervenção do deputado Moura Ramos<sup>62</sup>. Mas o certo é que em alguma imprensa estrangeira o docu-

---

analisar o modo como o *BAC* (nº 8/9, Agosto-Setembro de 1973) noticia o massacre e a sua repercussão – cfr. FERREIRA, Gabriela, DIAS, José, MOITA, Luís, RIBEIRO, Maria de Fátima, CABRAL, Maria Luísa Sarsfield, MOITA, Maria do Rosário, PEREIRA, Nuno Teotónio e ONOFRE, Pedro Soares – *Boletim...*, cit., pp. 153ss. Cfr. ainda as perspectivas muito diversas de AMARO, José (org.) – *Massacres na guerra colonial. Tete, um exemplo*, Lisboa: Ulmeiro, 1976, SASSINE, Williams – *Wirriyamu [sic]*. Londres: Heinemann, 1980, e de TEIXEIRA, Francisco Nunes – *A Igreja...*, cit., pp. 43ss. Sobre a repercussão internacional, cfr. Arquivo Histórico-Diplomático, PEA, Maço 758, Pasta 1. Cfr. ainda o importante opúsculo de COSTA, P. Luís Afonso da – *Guerra colonial em Moçambique. Torturas, destruição de aldeias, massacres*, policop., Junho de 1973.

mento do Porto não deixou de ser visto como a primeira manifestação da hierarquia da Igreja contra a guerra colonial: «L'Église de Porto réclame une solution pacifique de la guerre en Afrique», intitulava o *Le Monde* de 4 de Janeiro de 1973, e «L'Église de Porto favorable à l'autonomie des colonies portugaises», escrevia, mais arrojado, o *L'Humanité* da mesma data. Ambas as notícias foram transmitidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à DGS <sup>63</sup>.

No entanto, se é indiscutível que a vigília do fim de ano de 1972 está em sintonia com todos estes eventos (alguns deles, sublinhe-se, ocorreram posteriormente), não é menos certo que na Capela do Rato ocorreu algo de singular – e que não se repetirá, pelo menos com idêntica dramaticidade e expressão pública, até ao 25 de Abril de 1974. «Como é que não houve mais capelas do Rato?», interrogasse, expressivamente, Nuno Teotónio Pereira <sup>64</sup>. As sequelas da vigília – como os debates que ocorreram em 1973 na igreja paroquial de Olivais-Sul e na Assembleia Comunitária de Almada, ou a homilia conjunta de dezassete sacerdotes no Porto, em 1 de Janeiro de 1974 – não terão, de modo algum, a mesma projecção. O impacto do episódio do Rato também não pode ser desligado da circunstância de, praticamente a seguir, ainda em Janeiro de 1973, o bispo de Tete, D. Augusto César, ter comunicado ao governador-geral de Moçambique a ocorrência de um massacre, em Dezembro do ano anterior, de quatrocentas pessoas na localidade de Wiriyamu. É certo que a grande divulgação pública do acontecimento só ocorrerá meses depois, quando, em 10 de Julho, o P<sup>c</sup>. Hastings publica no *The Times* uma carta sobre o massacre. De qualquer modo, o facto de pelo menos algumas figuras da hierarquia conhecerem o episódio de Wiriyamu poucos dias depois do encontro do Rato veio certamente dar um novo sentido aos protestos dos intervenientes nessa reunião; os apelos contra a guerra colonial acabaram por ser confirmados pela notícia dos massacres. Nuno Teotónio Pereira fala, a este propósito, de uma «trágica coincidência» entre o protesto dos católicos lisboetas e os massacres em Moçambique <sup>65</sup>. Por outro lado, para o impacto do acontecimento não foi alheia a circunstância de ter sido o debate parlamentar sobre a Capela do Rato a causa imediata do abandono de Miller Guerra da Assembleia Nacional <sup>66</sup>, além da óbvia proximidade temporal entre esses factos e outra demissão, a do deputado Sá Carneiro, apresentada em 25 de Janeiro de 1973 <sup>67</sup>. Note-se, por outro lado, que, poucos dias depois dos acontecimentos do Rato – mais precisamente, a 20 de Janeiro de 1973 –, uma vasta conspiração assassinará Amílcar Cabral, facto que terá enormes reper-

---

<sup>58</sup> Cfr. BORGES, Anselmo (org.) – *D. Manuel Vieira Pinto, arcebispo de Nampula. Cristianismo: política e mística. Antologia*, Porto: Edições Asa, 1992. PINTO, D. Manuel – *A Igreja e o tempo*. Lisboa: Ulmeiro, 1979. TEIXEIRA, Francisco Nunes – *A Igreja...*, cit., pp. 87ss. FREIRE, José Geraldes – *Resistência...*, cit., pp. 109ss.

<sup>59</sup> Cfr. GOMES, D. António Ferreira – Carta-prefácio a: FREIRE, José Geraldes – *Resistência católica ao salazarismo-marcelismo*. Porto: Telos, 1976, p. 13.

cussões logo que é anunciado, no dia seguinte, aos microfones da Rádio Conakry, pelo presidente Sekou Touré, mensagem que seria imediatamente retransmitida para todo o mundo <sup>68</sup>. Há ainda a referir que, poucos antes do episódio do Rato, em Outubro de 1972, é morto por agentes da DGS num anfiteatro do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, o estudante José Ribeiro dos Santos. Em Dezembro, cento e cinquenta estudantes são detidos na Faculdade de Medicina, em Lisboa. Estes factos mostram que pertencia ao passado a prometida «liberalização» marcelista. Vivia-se na fase das «esperanças perdidas», para usar uma expressão do jornalista Paolo Buglialli no *Il Corriere della Sera*. Era tempo de passar a acção – não é por acaso que um dos detidos no Rato, o estudante de Direito José Galamba de Oliveira, havia sido suspenso por distúrbios, juntamente com Ribeiro dos Santos e Maria José Morgado, em Fevereiro de 1972 <sup>69</sup>. Finalmente – mas não menos importante –, o ano que se iniciava com os incidentes do Rato era ano de eleições e, por muito pouco «competitivas» que estas fossem, a existência de problemas com sectores católicos era mais um factor de desencanto em relação ao marcelismo. Alguma imprensa estrangeira, sobretudo a de língua alemã, considerou que as bombas que explodiram em Lisboa visavam as eleições, o mesmo se passando com a detenção, por parte do Governo, de Pereira de Moura, candidato da CDE <sup>70</sup>.

A politização dos sectores católicos contestatários não começou, evidentemente, no final do ano de 1972. O que se passou na Capela do Rato não é o início mas sim o culminar de um longo processo de mobilização contra o regime e a guerra colonial. Importa, em todo o caso, perceber a amplitude deste processo evolutivo, a que não foram alheias mudanças e diferenças nos protagonistas da contestação. Há, de facto, um longo caminho desde o tempo em que António Alçada Baptista e Francisco Lino Neto não assinam o Programa para a Democratização da República (1961) por este não conter qualquer referência ao direito à autodeterminação até ao momento em que elementos católicos se aliaram ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) no *Boletim Anticolonial*, cuja publicação se iniciou em Outubro de 1972. Pelo meio, assiste-se, por exemplo, a uma radicalização do conteúdo editorial de *O Tempo e o Modo*; quem o afirma é o seu fundador, Alçada Baptista, que em 1971 decide abandonar a direcção e a propriedade da revista justamente por ter perspectivas distintas das dos seus redactores <sup>71</sup>. Mas existem

<sup>60</sup> Apud ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira de – *A Oposição...*, cit., pp. 178--179. Tb. publicado in *Diálogo e Palavra*, nº 13-14/1/73, pp. 6ss.

<sup>61</sup> Cfr. *Diário das Sessões*, nº 211, de 16-I-1973, pp. 4191-4193.

<sup>62</sup> Cfr. *Diário das Sessões*, nº 215, de 25-I-1973, p. 4274.

<sup>63</sup> In Arquivo Histórico-Diplomático, PEA, Maço 743.

<sup>64</sup> Cfr. *Diário de Notícias*, de 29-XII-1992.

<sup>65</sup> Cfr. PEREIRA, Nuno Teotónio – *Vigília...*, cit., p. 1010.

<sup>66</sup> Cfr. FERNANDES, Tiago Luís de Matos Roma – *A «ala liberal» da Assembleia Nacional (1969-73), Acção parlamentar e perfil sociológico*. policop. Lisboa:

outros sinais de mudança. Assim, se em 1962 já havia sido detido um sacerdote por ter dado asilo a um católico procurado pela polícia política – o P<sup>e</sup>. Costa Pio, que morrerá na prisão – só a partir do início dos anos setenta se nota uma maior repressão sobre os padres na metrópole. Em 1970, a PIDE prende os directores dos *Cadernos GEDOC* – recorde-se: os padres Felicidade Alves e Abílio Cardoso e o arquitecto Teotónio Pereira. Havia razões para esta intensificação do controlo policial, pois também os padres começam progressivamente a dar mostras de um maior radicalismo, de que são exemplos o facto de três sacerdotes integrarem a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, criada em 1969, a realização da *Tribuna Livre*, no Entroncamento, e as homilias bombásticas do pároco da Lixa, o P<sup>e</sup>. Mário de Oliveira, que interpelou o Governo «sobre a morte de tantos homens em África» e cometera a heresia de defender que «se devia dar a independência aos africanos». Mário de Oliveira, por causa das suas homilias a favor da paz, havia já sido expulso de capelão militar na Guiné, em 1968<sup>72</sup>. Segundo testemunhos presenciais, em 1969 o P<sup>e</sup>. Mário dissera que «não havia razões para estarem a morrer homens e não se dar a independência às nossas Províncias Ultramarinas»<sup>73</sup>. Não é de admirar que a DGS – que o padre dissera noutra homília que fazia «muitas asneiras, prendendo pessoas, sem ter razões para isso» – o haja detido em Julho de 1970, abrindo um processo judicial que ficaria famoso e culminaria na absolvição do réu pelo Tribunal Plenário do Porto, em Fevereiro de 1971<sup>74</sup>, decisão confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça, em acórdão de 30 de Junho do mesmo ano<sup>75</sup>.

A vigília do Rato situa-se, indubitavelmente, na segunda etapa da oposição católica ao Estado Novo ou, se se preferir, constitui o momento-chave daquilo a que João Bénard da Costa apelidou de «os anos finais»<sup>76</sup>. É o tempo em que o episcopado se apercebe do surgimento de um «clima de desconfiança, desorientação e mal-estar no povo de Deus», gerado pela acção de «grupos marginais» contestatários<sup>77</sup>.

---

Universidade Nova-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1999, pp. 111ss.

<sup>67</sup> Cfr. CARNEIRO, Francisco Sá – *Textos*. Volume 1 – 1969-1973. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, 1981, pp. 51ss.

<sup>68</sup> Cfr. SILVA, António E. Duarte – *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, p. 128, e bibliografia citada. CASTANHEIRA, José Pedro – *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio D'Água, 1995, pp. 87ss.

<sup>69</sup> Cfr. PÊGO, Ivo – *Ribeiro Santos*. Lisboa: AAFDL, 1998, p. 18.

<sup>70</sup> Cfr. HAUBRICH, Walter – Portugiesische Oppositionelle verhaftet. *Frankfurter Allgemeine*, de 10-I-1973.

<sup>71</sup> Cfr. BAPTISTA, António Alçada – *Peregrinação Interior*. Volume 2 – *O Anjo da Esperança*. Lisboa: Edições Uranus, 1982, p. 321.

<sup>72</sup> Cfr. OLIVEIRA, Mário de – *Como eu fui expulso de capelão militar*. Lisboa: Edições Margem, 1995.

<sup>73</sup> Cfr. SILVA, José da – *Subversão ou Evangelho? O processo do pároco de Macieira da Lixa no Tribunal Plenário do Porto*. Porto: s.n. 1971, pp. 9-10.

Porventura, o elemento mais relevante para situar a jornada do Rato consiste na mudança verificada nas posições cimeiras do regime e da Igreja, com as saídas de cena de Oliveira Salazar e de Gonçalves Cerejeira e a sua substituição, respectivamente, por Marcello Caetano e D. António Ribeiro. Não se pense, todavia, que foi a esperança de renovação trazida inicialmente por Marcello Caetano que fez os católicos do Rato acreditarem que, com o novo Presidente do Conselho, a paz era possível. Pelo contrário: a vigília situa-se numa fase em que já se haviam perdido quaisquer esperanças de renovação no governo de Marcello e a realização do encontro mostra que, para os seus promotores, *com Marcello Caetano a paz não era possível*. Quanto a D. António Ribeiro, a situação é inversa: enquanto o Presidente do Conselho entrava na fase terminal de endurecimento do seu consulado, sendo patente a desilusão dos «liberais» perante os resultados da revisão constitucional de 1971 e a reeleição de Thomaz, D. António dava os primeiros passos na difícil sucessão de Cerejeira. Não por acaso, a nota do Patriarcado sobre os acontecimentos do Rato é um texto que se caracteriza por uma grande ambiguidade. E os gestos de D. António também não são inequívocos – melhor dizendo, não são tão inequívocos como os promotores da vigília gostariam – pois se se dirige à sede da DGS para exigir a libertação do P<sup>e</sup>. António Janela, se ordena que a Capela continue aberta ao culto contra as ordens das autoridades policiais, não deixa também, do mesmo passo, de, em finais de 1973, supostamente cedendo a pressões do interior da Igreja e do próprio Governo, afastar o P<sup>e</sup>. Alberto das funções de responsável da Capela do Rato, nomeando-o coadjutor da paróquia de S. João de Brito <sup>78</sup>.

\* \* \*

Se este é o contexto do protesto do Rato, a linha de continuidade em que se inscreve a jornada da paz realizada na Calçada Bento da Rocha Cabral, há igualmente sinais de ruptura, que aqui se deixarão sumariamente enunciados.

Em primeiro lugar, a vigília da Capela do Rato revela um afastamento decisivo em relação ao padrão tradicional da oposição católica dos anos sessenta, «os anos do *stencil* e do policopiador», na síntese expressiva de António Matos Ferreira. O «núcleo do Rato» partiu precisamente desse padrão de *dissidência documental*, pois nasce do grupo que editou os *Cadernos Gedoc* e o *Boletim Anti-Colonial*, mas já pouco tinha a ver com a *oposição dos abaixo-assinados* dos anos anteriores. É certo que também agora se realizarão abaixo-assinados e protestos por carta, mas não é esse o sentido essencial da vigília do Rato. É certo, também, que os contestatários do

<sup>74</sup> Cfr. SILVA, José da – *Subversão...*, cit., pp. 166-183.

<sup>75</sup> SILVA, José da – *Subversão ou Evangelho? II Parte. O processo do pároco de Macieira da Lixa no Supremo Tribunal de Justiça*. Porto: Edição do Autor, 1972, pp. 87-109. O padre Mário seria objecto de um novo processo em 1973 – cfr. PINHO, Eloy et all. – *O segundo julgamento do Padre Mário*. Porto: Edições Afrontamento, 1974. Cfr. tb. *Eleições legislativas. Subsídios para a história da vida portuguesa (1945-1973)*.

Rato são figuras cimeiras da *oposição documental* ao regime autoritário, procurando exercer, por via clandestina, um *direito à informação* que consideravam essencial como preliminar da passagem à acção. Simplesmente, ao contrário do que acontecera pelo menos até meados dos anos sessenta, o interlocutor dos contestatários já não é o poder político, nem talvez a hierarquia da Igreja, verberada pela sua cumplidade na guerra colonial, mas a população em geral, crentes e não-crentes. No fundo, a todo o «Povo de Deus», que o Vaticano II erigira como partícipe e destinatário último da acção da Igreja.

A abrangência do protesto do Rato representa, na verdade, outro dos seus sinais de ruptura. É certo que já no passado se admitira, ainda que com problemas, a convergência de católicos e não-católicos. O melhor exemplo é *O Tempo e o Modo*, que logo no seu primeiro número contava com a colaboração de personalidades como Mário Soares e Jorge Sampaio. Mas, no que toca às tomadas de posição pública, os católicos afirmavam-se como tais – e reivindicavam essa qualidade. Nesse sentido, poderá falar-se de uma oposição de matriz católica, pois é evidente a marca de «catolicidade» do protesto do Rato, ainda que mesmo essa marca se começasse a diluir em virtude do envolvimento, cada vez mais profundo, de personalidades e sectores não-católicos na formação de uma «frente comum» na qual se não hesitam em convocar até militantes das Brigadas Revolucionárias. Mas falar de uma «rebelião católica», como o faz Nuno Teotónio Pereira, é algo problemático porque este não era um movimento da Igreja, em sentido institucional, correspondendo, bem ao contrário, a uma crítica muito violenta da posição da hierarquia perante o Estado Novo e os conflitos africanos, como decorre claramente das moções aprovadas na madrugada e na tarde do dia 31 de Dezembro, contendo mensagens para os bispos portugueses, cujo silêncio sobre a guerra se interpretava como significando «claro apoio e cumplicidade na política de exploração colonial praticada pelo governo fascista português». Por outro lado, os contestatários do Rato não representavam o sentir da maioria dos católicos portugueses, antes constituindo uma elite vanguardista de matriz urbana. Além disso, se o movimento tinha uma indiscutível marca de «catolicidade» e não deixava de se inscrever na dinâmica criada pelo Vaticano II, desde o início foi preocupação dos seus promotores congregarem crentes e não-crentes, agrupando todos os «homens de boa vontade», na consagrada expressão de João XXIII. Não por acaso, a expressão «cristãos» é preferida à palavra «católicos» nas diversas mensagens e apelos que pela altura foram difundidos. Nos panfletos que as Brigadas Revolucionárias espalham por Lisboa e arredores convoca-se ao Rato toda a gente, «sem distinção de religião». Nos cartazes afixados na capela, diz-se: «um grupo de cristãos e não-cristãos unidos na reflexão sobre os problemas da guerra em África (...); «vimos permanecer aqui, durante dois dias, a fim de provocar um ambiente de liberdade, onde todos os que quiserem – cristãos ou não cristãos – possam debater os problemas da guerra». Há, neste particular, uma evolução sensível, desde o tempo em que os documentos de dissidência eram assinados por personalidades que se afirmam expressamente como católicos, de que são exemplos a carta ao director do *Novidades*, de Maio de 1958

<sup>79</sup>, o texto sobre as relações entre a Igreja e o Estado, de Fevereiro de 1959 <sup>80</sup>, a missiva ao Presidente do Conselho sobre os serviços de repressão, de Março de 1959 <sup>81</sup>, ou o «manifesto dos 101» <sup>82</sup>. Não era inocente a circunstância de se autoqualificarem como «católicos» <sup>83</sup>. E essa autoqualificação não era inocente também de um ponto de vista *político*, por mais que os contestatários rejeitassem a ideia de que estavam ou queriam fazer «política». A invocação do «catolicismo» revelava que os dissidentes faziam uma crítica ainda a partir do interior da Igreja e que, do mesmo passo, se distanciavam da tradicional oposição laica e republicana <sup>84</sup>. Para além de, naturalmente, a referência católica funcionar «até certo ponto como um abrigo ou um escudo nas circunstâncias adversas da ditadura salazarista» <sup>85</sup>. Tudo isso desaparece, como se viu, na vigília da Capela do Rato, o que representa outra das suas singularidades.

Uma terceira nota de ruptura situa-se precisamente na convergência entre católicos e não-católicos, mas agora num ponto muito mais problemático: a participação das Brigadas Revolucionárias. Sobre essa ligação, subsiste alguma controvérsia. Ninguém nega que as BR participaram nos eventos, em articulação com Francisco Cordovil, fazendo deflagrar vários engenhos explosivos na Grande Lisboa para chamar gente à Capela e, assim, garantir um maior impacto à vigília. Teotónio Pereira chega a dizer que Luís Moita «pediu a colaboração» das BR <sup>86</sup>, com as quais «alguns de nós tínhamos relações informais», e acrescentou ainda: «Às Brigadas coube a questão dos petardos» <sup>87</sup>. Possivelmente, as explosões destinavam-se também a «provocar» as autoridades, fazendo-as entrar intempestivamente num local de culto, o que aumentaria a publicidade do gesto e a heroicidade dos «mártires do Rato».

Se isto é um dado adquirido, outras coisas permanecem na penumbra. Desde logo, a seguinte: qual foi o verdadeiro grau de envolvimento das BR com os católicos nestes sucessos? A «história oficial» da Capela do Rato é aquela que se acabou

---

Lisboa: Edições Delfos, 1973, pp. 355ss. Sobre a repercussão internacional, cfr. Arquivo Histórico--Diplomático, PEA, Maço 743, Pasta 21.

<sup>76</sup> Cfr. COSTA, João Bénard – *Nós, os vencidos do catolicismo*. Coimbra: Edições Tenacitas, 2003, p. 91.

<sup>77</sup> Cfr. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – Reunião de 11 a 14 de Novembro de 1969. In *Documentos Pastorais, 1967-1977*. s.l., s.n., s.d., em, esp. pp. 265-266.

<sup>78</sup> Na sua homilia de despedida da Capela do Rato, em 6 de Outubro de 1973, é notório que Alberto Neto ficou desagradado com a sua saída: “fui apanhado de surpresa pela minha demissão, a que chamaram transferência” – cfr. STILWELL, Peter (coord.) – *Padre...*, cit., p. 50.

<sup>79</sup> “Os abaixo assinados são católicos...”: in ALVES, Padre José da Felicidade (ed.) – *Católicos e Política. De Humberto Delgado a Marcello Caetano*. s.n., s.l., s.d., p. 13.

<sup>80</sup> “(...) os signatários, todos católicos”: in ALVES, Padre José da Felicidade (ed.)



de descrever. Mas, além dela, há outros elementos, nomeadamente um importantíssimo depoimento de Carlos Antunes que conta uma história bem diversa, com dados que não são referidos pelos principais protagonistas do Rato. O fundador das BR e, mais tarde, do PRP, dirá que o seu grupo ajudou a criar o *Boletim Anti-Colonial*, que já quando militava no PCP tinha ligações aos progressistas católicos – tendo sido ele, por exemplo, que apresentou Felicidade Alves a Cunhal, em Paris <sup>88</sup>. Um dos primeiros católicos (ou ex-católicos) a aderir às BR foi Nuno Bragança, que Carlos Antunes considera ter sido «um homem fundamental». Diplomata ao serviço na OCDE, Bragança conseguiu desviar do gabinete de Marcello Caetano um relatório secreto elaborado por Costa Gomes, comandante-chefe em Angola, sobre a situação real naquele território. As Brigadas fariam chegar esse documento aos movimentos de libertação. Nuno Bragança aludiria ao episódio, de forma romancada, no seu livro *Square Tolstoi* <sup>89</sup>. Noutra ocasião, entregará um explosivo em Portugal vindo de França, trazido num carrinho com um bebé por cima <sup>90</sup>. O escritor prestaria ainda outros serviços às Brigadas. Segundo o relato de Carlos Antunes, «ofereceu-lhes» o campo católico como lugar de recrutamento de militantes:

«Através do Nuno Bragança, penetrámos na organização de resistência à guerra que existia dentro do movimento católico. Por um lado, respeitámos a autonomia deles e contribuímos, até financeiramente, para essa autonomia. Mas tínhamos também a lógica de recrutamento que, para nós, era instrumental. Ao contrário dos partidos comunistas, que usam a lógica da influência, a nossa era a lógica do recrutamento (...). Várias pessoas foram recrutadas nesse grupo dos católicos» <sup>91</sup>.

Carlos Antunes diz que um dos membros das Brigadas era Luís Moita. E aqui começam os desentendimentos, por detrás da história romântica e heroizada da «resistência do Rato», que os seus protagonistas celebram periodicamente. Moita nega: «eu tinha contactos de relativa proximidade com uma pessoa clandestina das Brigadas Revolucionárias. A um dado momento fui convidado para entrar na organização mas recusei» <sup>92</sup>. Antunes é peremptório: «o Luís Moita era dos nossos. Ele pode dizer que não, mas as pessoas vão dizendo o que querem, conforme os momentos» <sup>93</sup>.

As Brigadas infiltraram-se nos meios católicos através de Nuno Bragança e Nuno Teotónio Pereira. Foi o arquitecto que apresentou a Carlos Antunes Maria da Conceição (Xexão) Moita, uma dirigente noelista. Esta, por sua vez, apresentou-o

---

– *Católicos...*, cit., p. 84.

<sup>81</sup> “Quereriam os signatários (...) como católicos”: in ALVES, Padre José da Felicidade (ed.) – *Católicos...*, cit., p. 102.

<sup>82</sup> “(...) todos nós, católicos portugueses”; “os signatários deste documento (...) intervêm como católicos”: in ALVES, Padre José da Felicidade (ed.) – *Católicos...*, cit., p. 179 e p. 180, respectivamente.

<sup>83</sup> Cfr. BARRETO, José – *Religião e sociedade. Dois ensaios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 140ss.

ao irmão. «A partir daí começámos a ter contactos regulares. Nós tínhamos militantes no interior da assembleia deles, do BAC, onde estava gente que depois veio a dar o MES e outras correntes. Mandávamos lá pessoas como simples militantes, mas que tinham ligação connosco, sem que ninguém soubesse»<sup>94</sup>. Os grupos católicos estavam a tornar-se um meio perigoso.

Carlos Antunes narra depois um episódio que não é repetido por nenhum dos protagonistas da ocupação da Capela do Rato. Segundo o dirigente do PRP-BR, a dada altura contactou Luís Moita para desencadear acções mais visíveis, tendo seleccionado dois alvos: Fátima e a Capela do Rato. Entra-se, pois, em contradição com a versão oficial, que diz que a invasão do Rato foi concebida exclusivamente por Luís Moita no Algarve, na sequência da vigília de S. Domingos, e posteriormente planificada por um pequeno comité que agregava Luís Moita, Nuno Teotónio Pereira e Francisco Cordovil. Jamais se fala de Carlos Antunes. Este, por seu turno, diz que a acção do Rato foi combinada entre si e Luís Moita. Antes dela, pensaram em tomar a instalação sonora do Santuário de Fátima, no momento da homilia, e substituir esta pela leitura de uma outra homilia, segundo um texto redigido por Luís Moita. Fazendo-se passar por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Carlos Antunes e outros camaradas entram na cabina de som da basílica e chegam mesmo a ser interpelados pela PIDE, mas conseguem iludir a polícia política. Simplesmente, acabam por não ler o texto escrito por Luís Moita e desistem da acção quando se apercebem de que, tendo a cabina de som apenas uma saída, só conseguiriam fugir se fizessem fogo sobre os agentes da PIDE, o que estava fora de causa naquele local.

Ao mesmo tempo – diz Carlos Antunes –, preparava-se a ocupação do Rato. Uma vez mais, a «história oficial» do planeamento feito por grupo restrito de três católicos é posta em causa pelo testemunho do dirigente revolucionário:

«Simultaneamente, planeámos a acção na Capela do Rato. Tinha-se combinado quem seriam as pessoas que desencadeariam o processo da greve de fome. Mas, com a aproximação do dia, as pessoas consultadas para assumirem o microfone da capela recusaram fazê-lo e colocou-se o problema de não fazer a acção, quando a declaração que ia ser lida já estava em Argel, havia todo o trabalho de agitação e propaganda das BR e o rebentamento dos petardos em Lisboa já estava accionado. Fui eu que determinei, por razões de disciplina, que fosse a Xixão Moita a assumir, com todas as consequências que isso ia ter para a nossa organização»<sup>95</sup>.

Noutra ocasião, Carlos Antunes dirá:

«Por vias de contacto com o BAC, o seu principal responsável, Luís

<sup>94</sup> Cfr. BARRETO, José – *Religião...*, cit., p. 141.

<sup>95</sup> Cfr. BARRETO, José – *Religião...*, cit., p. 141.

Moita, passou a organizar a acção comigo. A sua irmã Conceição tornou-se militante das Brigadas Revolucionárias e, perante hesitações de último momento do grupo de Luís Moita, definimos que seria ela a ler a declaração na capela. Declaração que foi, aliás, simultaneamente lida em Argel por Manuel Alegre aos microfones da “Voz da Liberdade”. Quando os petardos rebentaram, a acção transformou-se num acto insuportável para o regime de então»<sup>96</sup>.

A escolha de Maria da Conceição Moita, feita ou não por Carlos Antunes, mostrou-se acertada. O padre que na altura celebrara missa, João Seabra Diniz, recorda que, ao ver Conceição Moita aproximar-se do altar, não achou estranho pois era uma pessoa que conhecia bem e sabia estar integrada na comunidade; por isso, não ofereceu qualquer resistência quando esta se dirigiu ao microfone da Capela<sup>97</sup>. A missa, de resto, decorreu como habitualmente, sem quaisquer problemas. Seabra Diniz não foi informado de nada do que se iria passar e, por isso, no final do acto religioso abandonou a Capela<sup>98</sup>.

A narrativa de Carlos Antunes é assaz interessante, mesmo que mereça algumas reservas. Vemos aqui que no planeamento operacional da acção do Rato as Brigadas Revolucionárias tiveram um papel central, algo que fica muito longe dos relatos que dizem ter sido tudo combinado entre Luís Moita, Nuno Teotónio Pereira, Francisco Cordovil, Maria da Conceição Moita, Isabel Pimentel, Luís Cordovil, António Matos Ferreira e José Galamba de Oliveira. Agora, surgiu um intruso: Carlos Carneiro Quintas Antunes, nascido em 1938, trabalhador nas áreas da contabilidade e da publicidade, militante comunista de 1955 a 1969, que funda em 1969 as Brigadas Revolucionárias. Foi ele que, «por razões de disciplina», ordenou que seria Maria da Conceição Moita a tomar o microfone junto ao altar da Capela do Rato. A ser verdade, isto mostra que as Brigadas não se limitaram a lançar petardos pela Grande Lisboa. O seu dirigente coordenou o assalto à Capela e o plano de operações da vigília; os católicos, em troca, apoiam-no nas suas fugas, a ponto de Carlos Antunes ter estado recolhido no centro de retiros do Seminário dos Olivais, fazendo-se passar por um oficial do Exército psicologicamente perturbado pela guerra e partilhando instalações com... Cerejeira<sup>99</sup>. Isto para além do apoio recebido na Igreja de Palmela, dos dominicanos, etc.

As afirmações de Carlos Antunes, extremamente curiosas para captar o verdadeiro alcance da organização da jornada do Rato, devem ser confrontadas com os dados constantes do processo que a DGS instaurou, em finais de 1973, a um conjunto vasto de pessoas: Nuno Teotónio Pereira, Joaquim Brandão Osório de Castro, Maria Luísa Sarsfield Cabral, Luís Manuel Victor dos Santos Moita, Rui Pereira

<sup>96</sup> Cfr. PEREIRA, Nuno Teotónio – Vigília..., cit., p. 1009.

<sup>97</sup> Cfr. *Diário de Notícias*, de 30-XII-1997.

<sup>98</sup> Cfr. ANTUNES, Carlos, e CARMO, Isabel do – Acções explosivas. In *A Guerra de África, 1961-1974*. Dir. de José Freire Antunes. Volume 2. Lisboa: Círculo de

Dias de Lemos Peixoto, Pedro Manuel Soares Ferreira Onofre, Maria Gabriela de Figueiredo Ferreira, Manuel Victor dos Santos Moita, Maria da Conceição Victor Moita, António Rodrigues Correia, Henrique José Monteiro Santa Clara Gomes e Isabel Nabais Gonçalves. Autuado em Caxias em 24 de Novembro de 1973 pelo agente Alípio António Soares, o processo de averiguações foi motivado, segundo a polícia política, «pelas actividades desenvolvidas contra a segurança do Estado pela chamada “Frente Patriótica de Libertação Nacional” e suas “Brigadas Revolucionárias” e por um “agrupamento” subversivo que se diz anti-colonial»<sup>100</sup>.

Deve ter-se presente que muitos dos depoimentos constantes desse processo foram obtidos sob tortura, além dos cuidados que sempre têm de ser tomados na utilização das fontes policiais<sup>101</sup>. Luís Moita, por exemplo, sofreu choques eléctricos, agressões com um bastão, tortura do sono, «estátua» e diz-se mesmo que chegou a ser drogado<sup>102</sup>. Ao contrário do que sucedera aquando da prisão efectuada na sequência do episódio da Capela do Rato, onde não se registaram sevícias sobre os reclusos, agora irá sofrer diversos espancamentos, alguns dos quais perpetrados por nada menos do que seis agentes em simultâneo, e será sujeito à tortura do sono, durante quatro dias, num total de 114 horas consecutivas, ficando ainda setenta e oito dias em regime de isolamento<sup>103</sup>. Também Teotónio Pereira, apesar de sobrinho de um dilecto ministro de Salazar, seria espancado e objecto da tortura do sono – «foi uma tragédia. Felizmente que veio o 25 de Abril», recordou o arquitecto<sup>104</sup>. É-lhe atribuído na altura, no meio da polémica em torno da «questão dos mamarachos», o Prémio Valmor de 1971, pela autoria, em conjunto com Braula Reis, do Edifício Braancamp («Franjinhas»), o que suscita grande controvérsia, acabando o prémio por só ser entregue após o 25 de Abril<sup>105</sup>, apesar de o *Expresso* ter conseguido furar a barreira de silêncio e dar a notícia logo em 1973<sup>106</sup>. Maria da Conceição Moita foi esbofetada até desmaiar, submetida à tortura do sono diversas vezes, a primeira das quais durante sete dias e oito noites, com catorze horas de estátua<sup>107</sup>. Maria Luísa Sarsfield Cabral é sujeita a quatro dias e quatro noites de tortura do sono<sup>108</sup>.

Em todo o caso, no processo há informações de tal forma repetidas e teste-

---

Leitores, 1995, pp. 907ss.

<sup>89</sup> Cfr. BRAGANÇA, Nuno – *Square Tolstoi*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981, pp. 68ss.

<sup>90</sup> Cfr. ANTUNES, Carlos, e CARMO, Isabel do – *Acções...*, cit., p. 914.

<sup>91</sup> Cfr. ANTUNES, Carlos, e CARMO, Isabel do – *Acções...*, cit., pp. 913-914.

<sup>92</sup> Cfr. MOITA, Luís – *Orar...*, cit., p. 650.

<sup>93</sup> Cfr. ANTUNES, Carlos, e CARMO, Isabel do – *Acções...*, cit., p. 914.

<sup>94</sup> Cfr. ANTUNES, Carlos, e CARMO, Isabel do – *Acções...*, cit., p. 914.

<sup>95</sup> Cfr. ANTUNES, Carlos, e CARMO, Isabel do – *Acções...*, cit., p. 915.

<sup>96</sup> Cfr. *Público*, de 30-XII-1992.

<sup>97</sup> Entrevista com João Seabra Diniz, em 13 de Maio de 2004.

<sup>98</sup> Entrevista com João Seabra Diniz, em 13 de Maio de 2004.

munhos de tal forma coincidentes que é possível extrair, mesmo com as maiores reservas, dados extremamente importantes para a caracterização do encontro que teve lugar na Capela de Nossa Senhora da Bonança, mais conhecida por «Capela da JEC» ou «Capela do Rato». Melhor dizendo, para a compreensão do alcance e do sentido desse encontro na perspectiva dos seus organizadores. Uma perspectiva que, naturalmente, não é a mesma da adoptada pelas dezenas ou centenas de pessoas que passaram, no final do ano de 1972, pelo nº 1-B da Calçada Bento da Rocha Cabral. Pode dizer-se, sem receio de exagero, que o processo-crime nº 544/73 permite ver a uma luz inteiramente nova – e completamente distinta da presente na «história oficial» – a vigília da Capela do Rato. A ideia dominante é a de que a jornada do Rato foi concebida por Luís Moita no Verão de 1972 e que as Brigadas Revolucionárias tiveram um papel acessório, limitando-se a colaborar a partir do exterior em coordenação com Francisco Cordovil. «Foi um apoio pontual, uma articulação combinada que não continuou», diz Luís Moita <sup>109</sup>. Nos antípodas, Carlos Antunes, como se viu, reivindica para si um protagonismo muito maior na organização do «ataque» à Capela, a ponto de afirmar ter sido ele quem escolheu a pessoa que deveria dirigir-se ao microfone no final da homilia. O processo-crime nº 544/73 revela a existência de ligações muito estreitas (e muito anteriores à vigília do Rato) entre os organizadores da vigília e as Brigadas Revolucionárias. No fundo, revela que este foi mais um episódio da colaboração entre o «grupo do BAC» e as Brigadas Revolucionárias de Carlos Antunes. Numa visão sumária, o processo diz-nos o seguinte: o lançamento da vigília do Rato inscreve-se numa lógica de trabalho clandestino que vinha sendo desenvolvido já há bastante tempo, em íntima ligação com as Brigadas Revolucionárias. A afirmação de Nuno Teotónio Pereira segundo a qual a sua prisão em finais de 1973 se deu em virtude de participar em acções de apoio à luta armada deve ser compreendida nos seus devidos termos. Seria um erro supor que, com essa afirmação, se pretende dizer que só após os incidentes do Rato o arquitecto Teotónio Pereira e outros decidiram enveredar por uma radicalização de posições que os encaminhou no sentido do apoio à luta armada. Na verdade, muitos dos factos que estão na base do processo-crime nº 544/73 são anteriores à vigília do Rato e mostram que a ligação entre o «grupo do Rato» e as Brigadas Revolucionárias existia desde há muito. Mais ainda: se quiséssemos proceder a um balanço dos «apoios», a um deve-haver das ajudas, talvez se conclua que foi muito mais significativo o auxílio dado pelas Brigadas Revolucionárias ao «grupo do Rato» (ao «grupo do BAC», melhor dizendo) do que o contrário. É certo que os católicos deram ajudas importantes – e que foi em torno de uma dessas ajudas, o depósito de duas malas feito por Teotónio Pereira numa casa pertencente a Luísa Sarsfield Cabral, que se construiu o processo-crime nº 544/73. No entanto, vistas as coisas numa perspectiva mais ampla, atendendo

---

<sup>99</sup> Cfr. ANTUNES, Carlos, e CARMO, Isabel do – Acções..., cit., p. 915.

<sup>100</sup> In Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS – Serviços Centrais, Processo-crime nº 544/73.

nomeadamente às ajudas financeiras, a balança pende inquestionavelmente para o lado das BR. Muito do que se contém no processo n.º 544/73 vem dar razão às afirmações de Carlos Antunes atrás escritas. Salvo num pormenor decisivo: em lugar algum daquele processo é possível extrair a ideia de que as BR participaram na organização da vigília do Rato. Mas, sem dúvida, é possível extrair a ideia de que as BR deram uma ajuda extremamente importante, para não dizer essencial, à actividade do «grupo do BAC». Como é possível extrair a ideia de que existe uma clara sobreposição entre o «grupo do Rato» e o «grupo do BAC» – se não de todos os membros deste, pelo menos de figuras de primeiro plano, com destaque para Nuno Teotónio Pereira, Luís Moita e Maria da Conceição Moita.

### **3. A vigília do Rato à luz da História: uma nota final**

Os acontecimentos da Capela do Rato, de finais de 1972, constituem o acto que revela de forma mais espectacular a ruptura da «frente nacional» dos católicos que no passado apoiara o Estado Novo. A essa espectacularidade não é alheio o tipo de acção desenvolvida, com um «assalto pacífico» a um templo religioso e a realização de assembleias de discussão e greves da fome, além dos apelos – inteiramente conseguidos – à participação do maior número possível de pessoas, crentes e não-crentes, numa jornada de protesto caracterizada por grande radicalismo político e discursivo.

Em todo o caso, a «situação» não deixou de contribuir, a seu modo, para o sucesso da acção de propaganda levada a cabo no Rato, podendo dizer-se que, nesse aspecto, o estratagema do lançamento dos petardos funcionou em pleno. A entrada da polícia num local religioso e sobretudo as tempestuosas reacções dos «ultras» na Assembleia Nacional, a que se juntou uma cáustica alocação de Marcello Caetano na rádio e na televisão, em 15 de Janeiro de 1973, deram inusitado relevo aos incidentes do Rato. No fundo, acabaram por servir os intuitos propagandísticos que estiveram na base da realização da vigília. O debate sobre a guerra colonial acabaria por ser transferido do Rato para S. Bento, em sessões parlamentares cuja virulência das intervenções não tem paralelo ao longo de todo o Estado Novo.

Ambiguidade é a palavra mais adequada para descrever o comportamento de todos os protagonistas. Se as autoridades dão mostras de força contra o que então se chamava o «Cavalo de Tróia» que entrara na cidadela do regime, não deixam também de libertar os detidos ao fim de poucos dias sem recorrerem aos métodos de tortura que, no final de 1973, não hesitarão em usar contra as mesmas pessoas, como Teotónio Pereira ou Luís Moita. Mas, do mesmo passo, se libertam os detidos ao fim de poucos dias (cerca de duas semanas, no máximo), não deixam de demitir funcionários públicos que se encontravam na Capela, com isso abrindo um processo no Supremo Tribunal Administrativo que só terminaria muito depois do 25 de Abril, em Fevereiro de 1977. Se D. António Ribeiro se mostra intransigente quando julga que a posição institucional da Igreja é posta em crise pelo poder civil, não dá sinais inequívocos de apoio à vigília na Capela da JEC; pelo menos, não

dá ainda os sinais que virá a dar pouco depois, como autor material da Pastoral Colectiva dos bispos portugueses, de 3 de Junho de 1973, que festeja sem quaisquer reservas o décimo aniversário da *Pacem in Terris*, e aproveita para fixar doutrina em matéria de direitos fundamentais, participação política e pluralismo de opiniões. O Vaticano também possui um comportamento algo sinuoso, só compreensível por motivos de relacionamento diplomático com o Estado português: se Paulo VI viaja até Bombaim e recebe os líderes dos movimentos de libertação africanos, não deixa igualmente de se deslocar a Fátima, numa visita que, apesar dos protestos em surdina de Salazar, será da maior utilidade para o regime. Mas também nos contestatários do Rato há alguma ambiguidade: desde logo, porque na vigília, «superprogramada», nas palavras do seu organizador Luís Moita <sup>100</sup>, confluem elementos religiosos e políticos que nem sempre é fácil destrinçar. A dúvida subsiste: tratava-se de um encontro de cariz religioso ou de uma discussão política sobre a guerra colonial? Poder-se-á responder que, numa questão como esta, política e religião andavam forçosamente interligadas. Em todo o caso, não deixa de merecer reflexão a circunstância de o encontro ter tido lugar num templo, ter possuído uma insofismável carga religiosa, com orações e citações da Bíblia e de documentos conciliares, mas, ao mesmo tempo, congregar crentes e não crentes em discussões sobre a guerra colonial, para o qual eram convocados os cidadãos de Lisboa, «sem distinção de religião», através de petardos das Brigadas Revolucionárias que mesmo alguns dos principais intervenientes, como Benedita Galamba de Oliveira, desconheciam em absoluto <sup>101</sup>. Sempre se dirá, obviamente, que tal não legitima a acção das forças policiais, em relação à qual ainda hoje se não sabe se foi espontânea ou feita por determinação superior. Mas, do mesmo passo, deve reconhecer-se que o impacto da vigília muito deve à entrada das forças do capitão Maltez na Capela do Rato. Se assim não fosse, talvez tudo tivesse terminado como em S. Domingos, com pouca ou quase nenhuma projecção pública. Por isso, quer os deputados «ultras» quer os corpos policiais podem ter prestado, no fim de contas, um grande serviço à causa dos promotores da vigília.

\* \* \*

Agora é altura de falar das vítimas dos petardos que os «Trabalhadores Revolucionários» colocaram em caixotes do lixo de Lisboa e arredores, cujas explosões espalharam centenas de panfletos apelando à população a que se deslocasse à vigília do Rato. No dia 1 de Janeiro de 1973, num episódio que a imprensa afecta ao regime exploraria à saciedade, duas crianças são feridas na Estação Sul-Sueste. Os irmãos Jaime Armando Costa, de sete anos, e Ana Paula Conceição Costa, de dez anos, encontravam-se nas imediações daquela estação fluvial e decidiram brincar com um objecto onde era visível um relógio, que acabou por explodir-lhe nas

---

<sup>101</sup> Cfr. PATRIARCA, Fátima – Sobre a leitura das fontes policiais. *Análise Social*. (143-144), 1997, pp. 925-935.

mãos, ferindo-os com gravidade. Ainda há poucos anos, numa reportagem jornalística sobre a Capela do Rato, se dizia o seguinte: «um petardo por deflagrar feriu num dedo uma pequena. Mas até hoje ninguém sabe se rebentou de facto, ou se a ferida foi “fabricada”. Para dar notícia»<sup>112</sup>. Não era difícil saber a verdade. Bastava ter falado com as vítimas.

A mãe, Maria Alice da Conceição Costa, tem hoje mais de setenta anos<sup>113</sup>. Analfabeta, com seis filhos, trabalhou toda a vida como mulher-a-dias. O marido, jardineiro da Câmara Municipal de Lisboa, morreu há anos. Maria Alice Costa ainda vive na mesma casa, na Rua Lopes, nº 76, r/c, ao Alto de S. João, e, segundo a própria, sofre de uma arritmia cardíaca. Já tinha problemas de coração em 1973 e, por esse motivo, não a deixaram visitar os filhos internados nos hospitais de S. José e da Estefânia. A polícia interrogou o marido, Jaime Costa, tentando saber se haveria mais alguma coisa que explicasse o que acontecera aos seus filhos. Mas, de facto, não havia nada de anómalo na vida da família Costa, a não ser o resultado trágico da curiosidade infantil. Segundo recorda Maria Alice Costa, as crianças encontravam-se a brincar nas imediações da casa, enquanto ela lavava a roupa num tanque da rua. Uma vizinha (D. Gabriela, a quem as crianças tratavam por «madrinha») confessaria ao jornal *O Século*: «o pai disse-lhes para ficarem a brincar à porta de casa, mas os pequenos são muito rabinos e foram passear para o Terreiro do Paço». De facto, sem avisar ninguém, decidiram ir à Estação Sul--Sueste esperar a irmã mais velha, que vinha de casa de uns familiares na Margem Sul, onde passara o final do ano de 1972. Nas proximidades da Estação, encontram um artefacto com um relógio, que acabará por lhe explodir nas mãos. As crianças ficam feridas no chão e um motorista de táxi conduzi-las-á ao Hospital de S. José. Na altura, o marido procurou, em vão, o taxista que espontaneamente transportara os seus filhos ao hospital, para lhe agradecer o gesto. No hospital, as crianças são casualmente reconhecidas pelo seu catequista. Mas como o casal não tinha telefone em casa, contacta-se uma vizinha, que lhe dá a notícia. Na altura, o pai encontrava-se a dormir, pois além de jardineiro da Câmara fazia trabalhos ocasionais à noite para sustentar a família numerosa. Procuraram obter algum apoio para os filhos vitimados pelos explosivos de plástico. Não tiveram qualquer sucesso junto das várias instituições que contactaram antes e depois do 25 de Abril, entre as quais a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

À pergunta sobre se alguma vez teve conhecimento de quem colocou os petardos na Estação Sul-Sueste, Maria Alice da Conceição Costa respondeu laconicamente: «A gente sabe lá essas coisas...». As vítimas nunca souberam o que eram os «Trabalhadores Revolucionários» ou as Brigadas Revolucionárias de Carlos Antunes e Isabel do Carmo. E, muito provavelmente, os incidentes da Capela do Rato passaram-lhes completamente ao lado. Ainda assim, o que sucedeu em Lisboa no Ano Novo de 1973 não lhes é alheio. Talvez sejam eles os que têm mais moti-

<sup>102</sup> Cfr. *A Luta*, de 29-XI-1976.

<sup>103</sup> Cfr. MANUEL, Alexandre, CARAPINHA, Rogério e NEVES, Dias – *PIDE. A história da repressão*. Fundão: Jornal do Fundão, Editora, 1974, pp. 125-129. Cfr. também *Presos políticos. Documentos, 1972-1974*. Lisboa: Iniciativas Editoriais-Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, 1975, pp. 146-150.

<sup>104</sup> Cfr. GOMES, Adelino – *A prova...*, cit., p. 32.

<sup>105</sup> Cfr. FERNANDES, José Manuel – O «último» Valmor. *Expresso*, de 24-IV-1999.



vos para recordar esse dia. Jaime Costa trabalha na cadeia de supermercados Pingo Doce. Faltam-lhe os dedos de uma das mãos, tem cicatrizes no peito e um defeito de visão. Ana Paula Costa é empregada num escritório na Avenida 5 de Outubro e perdeu a visão de um dos olhos. Recentemente, os médicos aconselharam-lhe uma nova intervenção cirúrgica.